





Terramaia #4

Publicação semestral do Município da Maia  
Edifício dos Paços do Concelho  
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho  
Maia

Propriedade  
Município da Maia  
revistaterramaia@cm-maia.pt

Edição  
Pelouro de Planeamento Territorial,  
Mobilidade e Transportes e Pelouro  
da Cultura

Diretor  
Mário Nuno Neves

Editor e Responsável Científico  
José Carlos Portugal

Coordenação Editorial  
Sofia Barreiros

Produção  
SCOPIO EDITIONS

O

Consultor Editorial  
Pedro Leão Neto

Design  
Né Santelmo

Impressão  
Norprint

setembro 2021

ISSN 2184-6448  
ISBN 978-972-8315-69-6  
Dep. Legal - ...  
**Tiragem**  
60.000 exemplares

(Legal) - Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, copiada ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio ou armazenada em qualquer sistema de armazenamento ou recuperação de informações sem a permissão por escrito do editor. Todas as fotografias apresentadas neste livro são © dos fotógrafos.

Os textos estão publicados respeitando as regras ortográficas adotadas por cada autor.



**Autores - Fotografia**  
Alfredo Cunha  
pp. 6, 10, 14, 16, 18, 20, 22, 32, 35  
“Ponto parágrafo”  
p. 23, 25

José Carlos Portugal  
p 37

**Autor - Ilustração**  
Artur Leão  
*Ilhas do Futuro I*  
p 26

**Autores - Textos**  
Fátima Vieira  
Flávio Miranda  
Francisco Ferreira  
José Carlos Portugal  
Maria da Conceição Melo  
Ponto Parágrafo  
Teresa Calix  
Teresa Sá Marques

**Capa**  
Estátua equestre de Gonçalo Mendes da Maia (Lima de Carvalho, 1984)  
vista da Torre Lidador  
Composição gráfica de Né Santelmo sobre fotografia original de ©Alfredo Cunha

**Contracapa**  
Vista da Torre Lidador para o quadrante Sul da Coroa Central Urbana  
Copyright © Alfredo Cunha  
Citação selecionada por Mário Nuno Neves

**Nota de Abertura**  
**Participação e partilha colaborativa**  
António Domingos da Silva Tiago  
1

**Editorial**  
**O difícil tão perto de ser fácil**  
**ou um dos últimos apeadeiros antes do fim da linha**  
José Carlos Portugal  
3

**Ordenamento do Território**  
**Maia: pensar um futuro incerto e uma agenda transformadora**  
Teresa Sá Marques  
7

**Um novo paradigma de transição para o século XXI**  
Teresa Calix  
11

**Mobilidade**  
**Um novo paradigma de mobilidade rumo à descarbonização**  
Francisco Ferreira  
15

**Participação Pública**  
**Uma Nova Cultura Territorial**  
Maria da Conceição Melo  
19

**Para além do desenho: Da cidade enquanto exercício colectivo**  
Ponto Parágrafo  
23

**Cultura**  
**Retrato programático para Urbes Pós-Pandémicas**  
Fátima Vieira  
27

**História**  
**Despertar o caos: as pandemias e as suas transformações na sociedade ao longo dos tempos**  
Flávio Miranda  
33

**O maior perigo na fadiga é pararmos ou fazer bem, por mais singelo que seja o que fizermos, feito fica**  
José Carlos Portugal  
36

Participação e partilha colaborativa

A Humanidade enfrenta, nestes nossos dias, desafios de uma exigência ímpar, quer pela sua imensa complexidade, como pela magnitude da sua dimensão.

Se é verdade que há problemas que clamam por soluções globais que, necessariamente, só se poderão construir no quadro de uma cooperação internacional positiva, não é menos verdade que sem soluções locais eficazes, muitos dos problemas globais ficarão por resolver.

A grande lição que a pandemia da COVID-19 dá ao Mundo é, precisamente, a certeza de que todos somos responsáveis por todos, posto que as ameaças globais, sobretudo as silenciosas e invisíveis, não têm fronteiras, não reconhecem a cor da pele, nem regimes políticos ou quaisquer outras caraterísticas humanas ou sociais, confrontando-nos com uma incontornável e ilimitada interdependência global.

Na resposta que teve de ser rapidamente montada para tentar travar a progressão geométrica do contágio ao vírus SARS-Cov-2, revelou-se de uma inequívoca razoabilidade a consciência de que esse combate, para lá das abordagens a cargo das organizações supranacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), do Centro Europeu de Controlo das Doenças (ECDC) e da Organização das Nações Unidas (ONU), tinha por força das circunstâncias que ter uma resposta adequada a nível local. Uma resposta que na Maia se planeou e executou em perfeita articulação com as autoridades de saúde locais, regionais e nacionais.

A crise pandémica, cujas trágicas consequências se fizeram sentir a grande velocidade, tem demonstrado a necessidade de integrar nas soluções locais e globais para os problemas transfronteiriços, o pensamento crítico e os contributos de especialistas oriundos de diversas áreas científicas, num diálogo transversal que convoca para a mesma mesa atores políticos e sociais, com vista à obtenção de consensos estáveis que diminuam até ao limite a probabilidade de errar e potenciem o maior sucesso possível.

Enquanto democrata por opção e institucionalista por convicção, entendo que a situação atual do Mundo torna evidente, diante da realidade que estamos a viver, que a missão confiada aos políticos é hoje de uma exigência acrescida que não se compadece com decisões de pendor individualista e autocrático. E é uma exigência acrescida face aos enormes riscos com os quais têm de arrostar quotidianamente. Desde logo, o risco que representa o facto das suas decisões, assertivas ou erróneas, poderem ter impacto na vida e na saúde das pessoas.

A participação cívica democrática nos processos de decisão política, com regra e com recurso a métodos eficientes é, sem dúvida, uma garantia de que as decisões sobre o futuro coletivo das comunidades serão, à partida, não apenas melhor compreendidas e assimiladas, mas sobretudo passíveis de uma adesão social mais coesa, beneficiando do facto dos cidadãos identificarem os pontos em que participaram e, por essa via, reverem a sua inclusão nessas decisões.

Se queremos, como efetivamente queremos, construir um futuro de confiança para a Maia e com os maiatos a participar nesse processo, temos de apostar sem reservas nas virtudes da partilha colaborativa, conceito em que cabe a cooperação institucional, mas em que, de sobremaneira, cabe a participação ativa dos cidadãos.

O caminho para a governação dos territórios e das comunidades que neles interagem passa, inevitavelmente, pela participação cívica democrática e pela partilha colaborativa, alicerçadas na divisa de que todos contam e são importantes, mas igualmente de que todos somos responsáveis por todos e pelo bem-comum, correspondendo ao direito de participar, o dever de cuidar.

Partilho com os leitores da Terra Maia uma inspiradora citação de “O Principezinho” de Antoine de Saint-Exupéry: - “...esqueceram essa verdade, mas tu não a deves esquecer. Tu tornas-te eternamente responsável por aquilo que cativas.”

O Presidente da Câmara Municipal da Maia  
António Domingos da Silva Tiago



Andrey Syaylev, *Intensification of contrast - Cite-specific instalation*, 2013  
instalação efêmera na fachada destruída da Biblioteca de Samara, Rússia.

Uma poderosa alegoria sobre a importância material do conhecimento  
imaterial que nunca jamais voltará a ser lido.

# Editorial

p.2

## O difícil tão perto de ser fácil ou um dos últimos apeadeiros antes do fim da linha

*“ 29. O Grande Imã Ahmad Al-Tayyeb e eu não ignoramos os avanços positivos que se verificaram na ciência, na tecnologia, na medicina, na indústria e no bem-estar, sobretudo nos países desenvolvidos. Todavia «ressaltamos que, juntamente com tais progressos históricos, grandes e apreciados, se verifica uma deterioração da ética, que condiciona a actividade internacional, e um enfraquecimento dos valores espirituais e do sentido de responsabilidade. Tudo isto contribui para disseminar uma sensação geral de frustração, solidão e desespero, (...)»”*

*Fratelli Tutti; Carta encíclica do Santo Padre Francisco, Sobre a fraternidade e amizade social; Ed. Paulinas, 2020*

Este número 4 da Terra Maia nasce no texto de Fecho da TM#03 como sendo “uma colectânea de textos positivos sobre as imensas maneiras disponíveis de regenerarmos a partir deste infausto cinzento-escuro em que hoje habitamos”.

Como os leitores poderão concluir do acervo de textos que agora partilhamos, os imperfeitos da cultura de Ordenamento do Território são, na sua essência, “pré-pandémicos (COVID-19)” e bem mais civilizacionais do que técnico-científicos. Estão bem mais radicados na(s) forma(s) e atitude(s) com que utilizamos as ferramentas, do que nas limitações das ferramentas em si. Dito de uma outra forma possível: estão mais no nível de inteligência que investimos quando perseguimos a eficácia que nos está acessível. Uma postura com propósito imediatista (resultadista, como se vem designando nalguns círculos mediáticos) a qual, já foi possível perceber, tem um efeito *boomerang* com que raramente sabemos lidar. Colhemos algum impulso colectivo e/ou pessoal e descartamos com uma inocente displicência, assumindo que o que usámos deixou de existir nesse mesmo momento. Apenas para, invariavelmente, recebermos mais à frente a notícia de que o rejeitado perdurou, acumulou e empoderou um potencial nocivo, ameaçador, bem mais expressivo e consequente do que os auspícios fundadores - a fossa oceânica Galathea, a Norte das Ilhas Molucas, tem depositado lixo de uso quotidiano humano no limite dos seus mais de 9.830m de profundidade, sem que jamais algum humano lá tenha ido; o espantoso impulso tecnológico e industrial do século XX (exacerbado pela economia do consumo dos “pós-Guerras”), apresenta aos dias de hoje o Antropoceno como a era mais destruidora do Planeta-suporte-de-vida, como factura (verdadeira e derradeira) dos “*Tupperware* que fizeram a nossa despreocupada felicidade”; o foco civilizacional, tornado global, no crescimento contínuo a ≥3%/ano da economia como forma de erradicar a pobreza severa, conseguiu algum progresso mas produziu uma concomitante acentuação das desigualdades extremas e revelou que quem pôde deixar de ter fome, passou a aspirar a comer *fast food* de marca internacional.

Talvez se possa concluir, pois, que estamos a sofrer as consequências da inteligência que dispensámos (e dispensamos) quando usamos tudo o que criámos para nos proporcionar uma existência tranquila e em continuidade geracional. Ainda que de uma forma algo grosseira, talvez seja útil inscrevermos no nosso entendimento colectivo que a Humanidade ainda não conseguiu incorporar na sua capacidade inventiva e voluntariosa o engenho de acautelar a inocuidade das variáveis que adopta, nem dominar a iniquidade na acessibilidade dos seus adquiridos.

Esta primeira pandemia do século XXI, estou convencido, será lida no Futuro como um momento de viragem crucial - surgiu numa bifurcação da história em que a contemporaneidade hesitava que caminho seguir e, por emergência, frenou o combóio, sendo que tem via aberta na linha onde circulava a todo o vapor. Parece cada vez mais claro que é inexorável mudar-a-agulha e seguir pela via mais sinuosa. A direito, apenas surgirá um último apeadeiro onde, provavelmente, já nem será capaz de parar. Já sabemos, hoje (não é mais possível ignorá-lo), qual é a vertigem em que esse combóio correrá.



E é justamente a essa encruzilhada que esta TM#04 procura deitar um olhar e avaliar o estado da arte. O Ordenamento Territorial mais esclarecido é multidisciplinar, há algumas décadas já, em algumas “salas-do-risco” nas quais, todavia, se acabaram por construir algumas distâncias à realidade concreta do quotidiano humano. Esse efeito, disfuncional, potenciou outros desvios perniciosos nos longos e intrincados processos do planeamento superior, outrossim na sua tradução para o mapa das determinações reguladoras locais. E, com a melhor das gerações de técnicos de par com as melhores metodologias aperfeiçoadas, a transparência inteligível dos procedimentos e a democratização dos efeitos não sucedeu.

Quem sabe, neste particular, não seja desajustado chamar Jean Piaget e a sua formulação da “transdisciplinaridade” - o estado de fusão entre as disciplinas aplicadas e a aplicação dessa síntese, em partilha, com todas as pessoas sem deixar ninguém para trás.

Se há emanção cristalina neste conjunto de reflexões dos autores que participam nesta TM#04 é, justamente, esse: partilhar, cooperar, juntar, debater, aproximar, confrontar e progredir.

Na verdade, já sabíamos. A única nova é que esta primeira pandemia do século XXI, na sua passagem, nos devolverá, mais fatigados e sofridos, ao ponto em que nos encontrávamos antes - temos um Planeta a gritar em agonia e provavelmente caído no “ponto-de-não-retorno”. Nunca, na transdisciplina do Ordenamento do Território se apresentou tal aflição.

Teresa Sá Marques, geógrafa, investigadora e coordenadora do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, apresenta-nos uma reflexão muito importante em torno da necessidade de regeneração transversal nos propósitos, sistemas e processos do “planeamento clássico”. Aponta claramente um elenco de prioridades para cada segmento dos novos trabalhos do Ordenamento do Território - das incertezas que é inexorável afrontar; às grandes linhas metodológicas de procriação sistémica; aos pilares fundadores da prática regeneradora; concluindo, na sua síntese final, com uma aplicação ao Concelho da Maia.

No seu texto, Teresa Calix, arquitecta e investigadora em morfologias e dinâmicas do território, aborda a questão da regeneração incontornável colocando ênfase na necessidade de perceber que toda a criação é transformação, parte de um processo que revela e impulsiona novos processos. Quanto mais coesa for essa cadeia e quanto menos descartáveis gerar, mais próximo se estará de uma verdadeira sustentabilidade integrada. Esse princípio-doutrina é válido para toda a fileira das problemáticas inerentes ao Ordenamento do Território e terá sempre que ser observado em todos os contextos físicos e sociais onde intervém, do urbano ao rústico, das redes regionais à habitação local, construindo um contínuo de coerência, o qual, por sua vez, acolherá melhor as práticas participativas e de co-criação.

Francisco Ferreira, engenheiro do ambiente, investigador em ambiente e sustentabilidade e personalidade notória na divulgação científica multimédia (entre muitos outros momentos evolutivos, tem guiado o público geral com as suas sínteses críticas ao progresso do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas ao longo de todo o percurso que desembocou nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável sob a resiliente égide da Organização das Nações Unidas), caracteriza o quadro de problemas atinentes à mobilidade motorizada, elabora sobre o conjunto de acções e as precedências das medidas a tomar e propõe soluções integradas que consolidem um ciclo de transição e não apenas uma mudança. Temos duas dimensões no problema da mobilidade motorizada que se subdividem por tipologias: automóveis poluentes e automóveis a mais; transportes colectivos poluentes e a menos. Mesmo que ambos migrem para motorização eléctrica, não bastará. Menos transporte individual, muito mais transporte colectivo e/ou partilhado, energia oriunda de fontes renováveis e muita, mas muita mais mobilidade não motorizada, suave, simples, saudável. Como é bem sabido, a regeneração no descritor Mobilidade leva, em todas as dimensões, um carimbo indelével de “urgente” e é das áreas da existência quotidiana contemporânea que mais depende da capacidade e determinação pessoais - “se eu não mudar de atitude, os outros também não mudam”.

Maria da Conceição Melo, arquitecta com vasta experiência em planeamento local e regional, outrossim no domínio da interacção nos processos de aplicação de fundos de financiamento europeus e sendo a actual Presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos, traz-nos uma importante reflexão em torno dos processos de participação pública, de cidadania, na construção dos modelos políticos de governação global e local. Claramente tocada pela apreensão quanto ao futuro que antevê, não deixa de me recordar António Gramsci que dizia algo parecido com isto: por via do pensamento sou um pessimista, por via da vontade realizadora sou um optimista. A autora não dispensa ninguém de responsabilidades - do topo à base, fica tudo comprometido com o propósito de “salvação existencial” porque, não havendo envolvimento cidadão expressivo e persistente, ninguém restará capaz de escrever a história nem de registar o que sobrou...

Fátima Vieira, internacionalmente uma das mais reconhecidas estudiosas da Utopia enquanto “instituição de salvaguarda para a resiliência de uma mundivisão positiva dinâmica” (a melhor síntese que alcança a minha parca ciência), oferece-nos o privilégio da transcrição de um diálogo, tido via “ZOOM”, com Hitlodeu. Sim, esse mesmo! Como foi isso possível? Não sei responder. O leitor leia e acredite porque se não aconteceu, das três uma: ou está a acontecer, ou acontecerá, ou deveria ter acontecido.

O colectivo Ponto Parágrafo propõe-nos entrar numa espécie de vórtice que nos devolve à atmosfera tempestuosa do debate em torno da efemeridade da(s) arquitectura(s) que construímos mas, sobretudo, aos processos e métodos conceptuais a montante da obra. Resgatando (e bem) o pensamento impactante de Yona Friedman (o corajoso visionário que apresentou, em Dubrovnik, o “Manifeste de l'architecture mobile” em 1956), recuperam uma das inquietações mais perturbadoras das sociedades contemporâneas - o erro. E das mais difíceis de reverter por via do preconceito de que quem erra, falha e quem não erra ganha! Ora, aspirar a um novo paradigma civilizacional democrático e inclusivo, que se sabe depender da maximização da partilha colaborativa e da participação activa, não aceitando a “pedagogia do erro”, só poderá afunilar numa vertigem de frustração. Serão autores/construtores/monitores de uma muito inspiradora instalação na Bienal de Arte Contemporânea da Maia 2021.

Na secção de História, Flávio Miranda, historiador e investigador na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, apresenta-nos uma terapêutica de utilidade maior: conhecer, no essencial, o que as diversas eras civilizacionais alcançaram “regenerar” após outras grandes pandemias. Invariavelmente instala-se uma certa medida de caos, temido, prospectado ou real. Esse momento caótico, sendo sofrido por igual, é destruidor para a indolência mas regenerador para a inteligência. Na verdade, das grandes crises sociais globais decorrentes de eventos pandémicos, resultaram sempre evoluções civilizacionais que procuraram e conseguiram mais e melhores defesas. Parece animador e é. Conquanto sejamos capazes de criar (recriar, talvez) dinâmicas colectivas, genuinamente inclusivas e colaborativas de percepção informada e determinação pessoal para construir plataformas colectivas de defesa de um optimismo mais amadurecido.

Esta TM#04, como o leitor por certo concluirá, oferece perspectivas de análise e reflexão em torno da circunstância presente e do que, por ora, podemos ir conhecendo como a mais assertiva transição regeneradora num registo bastante crítico quanto ao ponto em que nos encontramos. Todavia, e numa visão global dos textos dos autores, poderemos considerar que essa “circunstância presente, cor de chumbo”, só por si, não nos inibe de pensar e acreditar em ideias e soluções capazes de conter, reverter, regenerar e criar novas formulações da vida em comunidade. Afinal (retomando o editorial da TM#01):“ (...) o facto de que os humanos são intrinsecamente gregários radica na consciência de que, juntos, se retira sempre vantagem na existência (no progresso, outrossim perante a ameaça) (...)”.

Repito: URGENTE!

José Carlos Portugal

Arquitecto, Consultor do Município da Maia





Terraço da Torre Lidador, vista para Sudoeste

# Ordenamento do Território

p.6

## Maia: pensar um futuro incerto e uma agenda transformadora

### Pensar um futuro incerto

Pensar os problemas e as aspirações dos municípios portugueses, neste caso da Maia, implica uma leitura articulada e integrada dos processos de mudança em curso. O contexto atual caracteriza-se por uma crescente complexidade social, económica e ambiental face aos desafios estruturais e às novas problemáticas que têm vindo a afirmar-se no panorama global e europeu - as alterações climáticas e os novos desafios ambientais, a perda demográfica e o envelhecimento da população, a intensificação das desigualdades sociais e os impactos da transição digital na base económica.

Com a pandemia ganhamos consciência que estamos a atravessar um período turbulento, imprevisível, e de certa forma complexo e desconhecido. Lidar com a complexidade e a incerteza vai exigir novas abordagens e ferramentas e um grande nível de colaboração entre os diferentes atores, com forte participação dos cidadãos.

Este é, por isso, um momento de grande incerteza e instabilidade que nos questiona e nos posiciona perante três posturas:

1. será que temos resistência e capacidade de sobreviver a mais uma crise, dando continuidade ao processo de desenvolvimento que estava em curso antes da atual crise pandémica?
2. será que conseguimos criar uma dinâmica adaptativa, rompendo em algumas matérias com o passado e acelerando alguns processos de mudança?
3. será que temos capacidade de dinamizar práticas transformadoras, cortando com o passado, e procriarmos, impulsionando um novo processo de desenvolvimento?

Portugal, nas últimas décadas de democracia, evoluiu imenso. O município da Maia contribuiu claramente para esse processo de melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social. No entanto, temos ainda grandes desafios para enfrentar na atualidade e nos próximos anos e não podemos deixar de refletir uma estratégia colectiva a médio prazo. Assim, o país (como um todo) e os municípios (como parte integrante e em sinergia), têm de olhar mais para o futuro, com mais diálogo e cooperação, com mais rigor e conhecimento, mas também com um maior envolvimento das instituições e dos cidadãos.

O planeamento transformador reconhece as forças para a mudança e procura visões, meios e instrumentos para produzir alternativas. Para que direção a mudança deve operar-se e que forças devem ser mobilizadas? Em função dos contextos espaciais, que recursos e conteúdos devem ser envolvidos nos processos de planeamento e ação? E que instrumentos de planeamento podem ser mais adequados para favorecer práticas mais adaptativas e transformadoras?

As práticas adaptativas e transformadoras devem concentrar-se nos problemas estruturais, construindo visões estratégicas e ações prioritárias para a mudança desejada. Isto implica gerar discontinuidades, tendo em vista um futuro melhor, acreditando que podemos fazer escolhas e que temos várias possibilidades. Assim, o planeamento e a prática política são um exercício de aprendizagem e de procriação, com um forte envolvimento dos cidadãos, refletindo os lugares em que queremos viver.

### Em busca de uma agenda transformadora urbana

Os atuais sistemas de planeamento têm as suas raízes em tradições que estão a entrar em ruptura face às rápidas mudanças e exigências que se adivinham para o futuro próximo. Face a este contexto é crucial construir-se um debate crítico que questione os atuais procedimentos económicos, sociais e políticos, que procure novas abordagens para

responder a estas alterações e que construa e dinamize novas práticas para os sistemas de planeamento existentes. Trata-se de construir novas abordagens:

- Processos mais criativos e geradores de inteligência colectiva;
- Redes que apoiem a inovação e um maior empreendedorismo;
- Maior conexão física e social entre pessoas e territórios;
- Sinergias entre os diferentes sectores e as escalas de intervenção;
- Abordagens colaborativas mais robustas e participadas.

No fundo, o grande desafio é contribuir para a construção de um método sistémico que forneça uma interpretação crítica da realidade institucional, social, política e territorial existente, assente em novas agendas de investigação e atuação. Assim, é necessário construir uma forma mais ágil de conceber o planeamento estratégico, tendo em vista responder mais eficazmente aos desafios e à complexidade dos problemas. É preciso dinamizar um planeamento mais adaptativo e transformador, assente numa teoria de mudança.

As mudanças implicam novas formas de pensar, que alterem a forma como os recursos são alocados e utilizados. São mudanças nos discursos e nas práticas, nas abordagens e nos instrumentos, de modo a produzir alternativas de desenvolvimento e de resolução dos problemas. Neste âmbito, os projetos debruçam-se, por isso, sobre problemas estruturais da sociedade e constroem imagens dos resultados pretendidos, através da exploração de iniciativas cocriativas como forma de espoletar a inovação e a transformação.

Em suma, os atuais desafios requerem um planeamento mais imaginativo e inclusivo, a potenciação de processos mais criativos, de sistemas de inovação e de aprendizagem assentes na colaboração e no pensamento coletivo, na partilha de conhecimento e de perspetivas.

Neste âmbito, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável podem afirmar-se enquanto agenda transformadora a nível global, assente em processos desencadeados a diferentes escalas, onde todos os cidadãos são incluídos e beneficiam da sua concretização. Os atuais problemas estruturais do país desafiam-nos para uma agenda transformadora à escala regional e local, suportada em processos mais colaborativos e participados e em dinâmicas regenerativas, por vezes disruptivas. Uma agenda urbana transformadora ganha aqui destaque, porque traz para o planeamento e para a decisão política uma nova oportunidade para integrar recursos, saberes e competências, refletindo o que é estrutural e focando-se no que é essencial, através de uma perspetiva colectiva mais crítica.

**Passar de um urbanismo sustentável a regenerativo**

Os grandes desafios, como as alterações climáticas, a escassez de recursos e o crescimento populacional colocam em risco as cidades e exigem um desenvolvimento urbano baseado em políticas que promovam resultados regenerativos. No âmbito do Acordo de Paris (2015), a estratégia passa pela descarbonização, circularidade da água e dos resíduos, práticas agrícolas e sistemas alimentares sustentáveis, promoção da biodiversidade, e ainda por uma mobilidade alternativa e uma maior resiliência aos impactos climáticos.

A especificidade de cada território requer abordagens diferenciadas em função das necessidades de resposta aos desafios e aos processos de mudança em curso. Por isso, as abordagens locais integradas e regenerativas podem representar um caminho de sucesso para favorecer a sustentabilidade urbana. Podemos considerar quatro tipos de ações fundamentais no desenvolvimento regenerativo:

- \_a "regeneração de recursos", o que significa que devemos passar a dinamizar fluxos circulares;
- \_a "regeneração do capital natural e dos ecossistemas", onde se inclui a agricultura e a floresta e os serviços de ecossistemas localizados nas áreas rurais e urbanas;
- \_a "regeneração dos espaços construídos", densificando e contrariando a expansão urbana e o desperdício do solo, ativando práticas que promovam a melhoria significativa da qualidade de vida dos cidadãos;

\_o reforço do envolvimento dos indivíduos, das comunidades e das empresas nos processos de tomada de decisão.

Em termos urbanos, as questões associadas à produção e consumo de energia são cruciais: em matéria de melhoria da eficiência da sua utilização; na redução das perdas durante a transformação; e na alteração relativamente às fontes de energia. A tecnologia pode ajudar a construir cidades energeticamente mais ecológicas e com menor pobreza energética, mas é fundamental ativar mudanças nos comportamentos em matéria de consumo. Podemos intervir nas habitações e nos transportes, mas estruturalmente o desafio tem de ser colocado nas pessoas.

**Reflexão final**

Concluindo, estruturalmente, para onde temos de olhar para desencadearmos processos sobretudo de adaptação e transformação?

Temos pela frente processos de forte envelhecimento da população. Não refletir a dimensão e as exigências desta questão em termos de planeamento urbano e social significa comprometer no futuro a qualidade de vida dos cidadãos.

Temos pela frente um processo de transição digital que vai criar novas oportunidades mas também vai criar grandes desigualdades sociais. Não preparar a sociedade para esta transição é não criar oportunidades para os mais jovens e deixar fluir as perdas de emprego e as desigualdades sociais.

Temos pela frente riscos e alterações climáticas que vão questionar a forma como utilizamos os recursos e como convivemos com os sistemas ecológicos. Não preparar a sociedade, a economia e os territórios para este desafio pode comprometer o nosso futuro.

Isto exige capacidade de resistência e, sobretudo, competências para dinamizar processos adaptativos e transformadores, capazes de lidar com os ritmos das mudanças, em torno de desafios estruturais. A atual pandemia surpreendeu-nos e alertou-nos para a dimensão das mudanças em curso e para a importância de desencadearmos processos de planeamento estratégico e ágil, capazes de nos preparar para os desafios que temos de enfrentar.

Refletir o futuro do município da Maia, neste contexto de grande incerteza, passa pelo desenvolvimento de uma estratégia focada nos processos de mudança. As áreas metropolitanas vão continuar a polarizar as dinâmicas de desenvolvimento territorial e o município da Maia terá nesse contexto um importante papel. Face aos cenários demográficos é fundamental que a Maia aposte na qualidade residencial, em atrair novas atividades e quadros qualificados. Assumir um modelo urbano que fomente a compacidade, o equilíbrio urbano e a dotação de serviços, garantindo a multifuncionalidade e a diversidade de usos. É preciso reduzir os movimentos pendulares, planejar a localização de novas áreas de trabalho e avançar nos ciber serviços. A longevidade da população vai trazer novas oportunidades para a economia e para o sector da saúde, mas também grandes desafios urbanísticos. A gestão do ciclo da água (*smart water*), a valorização dos ecossistemas, a diminuição dos consumos de energia e a bioeconomia e o planeamento agroalimentar são estratégicos. Políticas para a cultura, juventude e educação, atraem jovens e fomentam a criatividade e a qualificação avançada. Sonhar uma cidade do bem-estar passa por um novo relacionamento entre os sistemas de vida, apostando nos circuitos curtos de distribuição, na valorização da proximidade, num urbanismo tático (passeios mais largos, com árvores e mais esplanadas) e no reforço das comunidades locais.

Teresa Sá Marques

Doutorada em Geografia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP); Professora Associada do Departamento de Geografia da FLUP; Investigadora do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT); Coordenadora Científica do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)





Quadrante Sudeste da Coroa Central Urbana

...

Viaduto Maia Sul da Linha Verde do Metro, choupal do Chantre



# Um novo paradigma de transição para o século XXI

O período moderno da história da cidade e da sociedade radicaliza-se ao longo do século XX associado a uma ideia de progresso em que “ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação [...] mas, ao mesmo tempo, ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”<sup>1</sup>. A hipermodernidade, de Ascher<sup>2</sup>, emerge assim de “uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela despeja-nos a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia”<sup>3</sup>, como reconhece Berman. Esta ideia de progresso estimulado pela revolução tecnológica determina múltiplos fenómenos de transformação - como a globalização, a informacionalização e a difusão urbana<sup>4</sup>- que se inscrevem materialmente numa nova dimensão planetária da urbanização, e que caracterizam, de forma mais visível e com maior dificuldade de delimitação, as realidades urbanas, revelam o abuso sobre os recursos, intensificam os desastres ambientais e as alterações climáticas.

Precisamos do distanciamento histórico que nos permite catalogar épocas e organizar períodos da história da humanidade. No entanto, a ideia que o século XX ainda não acabou, ou que se encontra agora no termo da sua existência e que a passagem definitiva para o século XXI pode estar associada à pandemia que nos assola, apresenta-se de forma absolutamente pertinente. Schwarcz reconhece que “foi apenas no século XX que a tecnologia ganhou escala mundial e acelerou o nosso tempo. Graças a ela acreditávamos estar a livrar-nos das amarras geográficas, corpóreas, temporais. Não estávamos! Ao deixar mais evidente o nosso lado humano e vulnerável, a pandemia da covid-19 marca o final do século XX.”<sup>5</sup>

Com efeito, a velocidade da transformação associada à afirmação e persistência da utopia tecnológica determinou e concretizou definitivamente, levando ao extremo, a ideia do capitalismo e do poder do homem no centro do desenvolvimento e no domínio sobre a natureza. Perante as evidências, é fundamental avançar para o século XXI reconhecendo os desafios que exigem uma mudança de paradigma e uma nova condição urbana.

O Relatório Brundtland reconheceu a importância do Nosso Futuro Comum em 1987, apontando para a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo existentes naquela época. Quase 35 anos se passaram e a Europa intensifica agora os esforços de resposta ao Pacto Ecológico, desafiando-nos, entre outros, para desenhar soluções sustentáveis, inclusivas e belas através da “New European Bauhaus”.

A ciência, a tecnologia e as artes têm de ser percebidas como aliados fundamentais, pois o conhecimento que determina as alterações de comportamento é vital para estimular a ação e efetuar mudanças.

Os territórios da urbanização são um tema prioritário: é aqui que a confluência de problemas e a necessidade de soluções integradas são absolutamente prementes, os desafios são particularmente complexos e, portanto, o potencial de mudança também é mais significativo.

No entanto, o ordenamento do território nem sempre ultrapassa o obstáculo de uma imagem bipolarizada entre duas entidades: os espaços construídos e os espaços não construídos. Esta imagem bipolarizada pressupõe, ainda, uma hierarquia: o espaço construído, por excelência da arquitectura e do urbanismo, representa uma dimensão

1 BERMAN, Marshall, Tudo o que é sólido se dissolve no ar. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 15 (título original: All that is Solid Melts into Air, 1982).  
2 ASCHER, François, La société hypermoderne ou Ces événements nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, 2005 (título original: Ces événements nous dépassent, feignons d'en être les organisateurs, 2000).  
3 BERMAN, Marshall, Tudo o que é sólido se dissolve no ar. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 15 (título original: All that is Solid Melts into Air, 1982).  
4 BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel, Local y global, La gestión de las ciudades en la era de la información. Madrid: Taurus, 1997, p. 12.  
5 Schwarcz, Lília Moritz, Quando acaba o século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p.11.



indiscutivelmente entendida como a mais importante, integrando uma multiplicidade de temas e de preocupações, que vão desde as qualidades espaciais, os materiais, o conforto, às condições da sua funcionalidade, mas também à sua estética, para listar apenas alguns. Entende-se que pressupõem um uso, uma carga e um conteúdo humano que permite compreender o funcionamento, determinando a imagem do edificado, mas também as dinâmicas do urbano, por articularem os sistemas que, pertencentes ao hardware tecnológico, permitem o fluxo de informação, de pessoas, de energia e de bens. Já o espaço do não construído, evidenciando o domínio do homem sobre o meio ambiente, como já referimos, tem ocupado um lugar secundário, reconhecendo-se a sua importância enquanto solo produtivo, enquanto espaço lúdico com valor estético, enquanto amenidade 'verde' no 'cinzento' urbano.

Inverter a perspectiva é fundamental. Só reconhecendo a importância dos valores biofísicos articulados com os valores humanos e procurando integrar esta complexidade num processo qualificador de desenho participado e interdisciplinar podemos responder aos desafios e criar uma nova empatia. Uma empatia que reconhece a qualidade urbana a partir da valorização de um continuum constituído por diferentes sistemas e subsistemas, naturais e artificiais, que se interpenetram e se influenciam.

Fazer melhor significa, então, implementar as melhores práticas que resultam de uma abordagem holística ao ambiente urbano. O progresso não é crescimento e não decorre das sucessivas impermeabilizações do solo disponível ou da expansão sistemática da carga exercida no nosso território comum, mas de um modelo de desenvolvimento que procura a melhoria da vida das populações através da garantia de equilíbrios muitas vezes difíceis, mas fundamentais para satisfazer as necessidades das gerações existentes sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras.

Considerar os ciclos biológicos significa combater uma linearidade de pensamento que se preocupa simplificadaamente com a área a edificar, a inserção morfológica, a escolha da forma e dos materiais que materializam um determinado objecto arquitectónico que concretiza um programa pré-definido. O edifício não se pode restringir à eloquência formal da instalação final, mas tem de considerar a globalidade dos efeitos que produz no ecossistema urbano em que se integra e na vida longa da sua utilização. O produto final, quando, e se, analisado na sua globalidade, é sempre significativamente maior do que a soma das matérias primas e dos conteúdos que lhe dão origem. A propriedade a edificar não pode ser entendida apenas como o limite que determina as regras da implantação e da edificabilidade, não é apenas uma figura geométrica definida pelos seus limites, pela sua topografia e pelo coeficiente de ocupação previsto nos planos. Na verdade, acumula múltiplos sistemas e garante diversas funções essenciais que agregam factores bióticos e abióticos. A reconstrução, a renovação, o re-uso, a reutilização do edificado existente tem de ser uma prioridade a impor sobre a nova construção.

As descontinuidades dos ecossistemas e os efeitos na perda de estabilidade e na redução da biodiversidade, a cada vez mais difícil gestão da água, a quantidade de resíduos produzidos e o seu tratamento, são alguns dos temas, geralmente 'invisíveis', decorrentes da crescente impermeabilização. A consciência parcial e depreciadora da sua existência remete apenas para os momentos de infortúnio: só nos lembramos, por exemplo, do valor da água e da importância da sua gestão quando falta na torneira ou quando temos inundações.

Seguindo os mesmos pressupostos, as estruturas e as infraestruturas não podem ser programadas considerando uma carga acrescida e um consumo crescente. Rodovias mais largas e em maior número representam mais trânsito, admitem maior pendularidade em distâncias cada vez mais significativas e, sobretudo, não promovem o uso dos transportes colectivos.

O automóvel eléctrico, por exemplo, trouxe consigo uma sensação de tranquilidade, ao retirar o ónus negativo do veículo individual por redução da emissão de gases nocivos na atmosfera. Não resolve o espaço que ocupa nem a reduzida eficiência associada à sua utilização, no entanto, é evidente a redução da poluição local quando se atingem percentagens consideráveis no número de automóveis eléctricos a circular. Despreza-se

nesta simplificação os desastres ecológicos decorrentes da extração de reservas finitas e não renováveis de metais raros necessários para o seu funcionamento.

A implementação de soluções depende da tomada de consciência e de uma compreensão generalizada, multiescalar e sistémica dos problemas e das soluções. É evidente que as soluções locais exigem uma consciência global.

Se os territórios da urbanização são um tema prioritário, a habitação é um tema obrigatório.

O direito a uma habitação condigna é uma condição essencial para a redução das desigualdades sociais. A intervenção no parque habitacional mais precário, na maioria das vezes próximo dos locais de trabalho, garantindo as condições de habitabilidade e incrementando as capacidades de acesso, reduz os recursos consumidos em percursos longos e qualifica o espaço urbano enquanto responde às necessidades de uma população mais vulnerável.

A habitação contemporânea, revisitando a arquitetura moderna e procurando soluções de desenho como uma estratégia-chave para garantir edifícios resilientes e adequados, deve integrar como dimensões críticas a adaptabilidade, a acessibilidade e as mudanças climáticas. A transformação pressupõe aumentar a vida do edificado e garantir a equidade de acesso, integrando novas soluções arquitetónicas que associam as estratégias sustentáveis com o envelhecimento ativo.

A articulação entre as medidas de intervenção no património edificado e a implementação de estratégias de mitigação dos impactos, ao mesmo tempo que se considera o conforto doméstico e a eficiência energética nos edifícios que queremos preservar, pressupõem um equilíbrio difícil em que o desenho inovador e a legislação são fundamentais.

Assim, também no domínio da habitação, a complexidade implica promover uma mudança que integre como princípio ético uma visão não linear mais inclusiva, que considere os ciclos biológicos e a circularidade dos recursos e ao mesmo tempo que seja preservadora dos valores e esteticamente estimulante.

Em suma, não há soluções rígidas nem perfeitas, mas reconhece-se a dimensão sistémica, inclusiva e iterativa que evidencia a pertinência de:

- \_considerar a circularidade, a interatividade dos processos – reconhecer que o produto de um ciclo pode converter-se na matéria prima de outro processo;
- \_aceitar a diversidade de fenómenos que nem sempre dominamos, pondo em causa os conceitos rígidos e ultrapassando algumas convenções standard do que é certo e do que é errado;
- \_aceitar uma mudança em que a criatividade e a partilha, o trabalho em equipas multidisciplinares, são determinantes para alterar as regras do jogo e ampliar as soluções disponíveis e a sua qualidade, sobretudo através do modo como podemos desenhar inteligivelmente para reduzir, reparar, reutilizar, reciclar e, especialmente, para inventar novas abordagens inclusivas que admitem múltiplos circuitos abertos que interagem e se retroalimentam.

O ordenamento dos nossos territórios da urbanização deve reconhecer os processos impulsionadores da transição, como a atribuição de valor às boas práticas através da rentabilização económica dos ganhos ambientais e, sobretudo, o *co-design* enquanto método para implementar soluções qualificadoras com base na natureza que preservem e intensifiquem o capital natural dos espaços urbanos, garantindo o equilíbrio biofísico e, ao mesmo tempo, reforçando os valores sociais e culturais a partir de novos consensos societais.

Teresa Calix

Doutora em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto; Investigadora coordenadora do grupo Morfologias e Dinâmicas do Território do Centro de Estudos em Arquitetura e Urbanismo (MDT-CEAU-FAUP).





Praça Dr. José Vieira de Carvalho, Linha Verde do Metro

# Mobilidade

p.14

## Um novo paradigma de mobilidade rumo à descarbonização

Repensar a mobilidade num contexto de sustentabilidade, nomeadamente suportada pelo recurso a maior percentagem de energia proveniente de fontes renováveis, significa alterar diversos paradigmas nossos e das cidades. Questões como o ordenamento do território passam a ser ainda mais críticas, nomeadamente pela necessidade de se considerar que o espaço que atualmente é dado ao automóvel tem de ser muito menor, ao mesmo tempo que é necessário valorizar um transporte coletivo que deve ser menos poluente, a necessidade de provermos uma utilização muito maior dos modos suaves (andar a pé ou de bicicleta), e acima de tudo, desfazermo-nos do sentimento de posse em relação ao automóvel.

### É fundamental reduzir o uso do automóvel

Os estudos indicam que mesmo nos cenários em que os carros elétricos penetram muito fortemente nas frotas, as metas setoriais de redução de emissões não são cumpridas; além disso, o número de carros elétricos que é necessário colocar nas estradas é de tal forma alto que colocará muitas dificuldades no seu abastecimento, e uma pressão insustentável nos recursos naturais necessários para produzir estes automóveis, nomeadamente de lítio, cobalto e manganês, mesmo admitindo um bom sistema de reciclagem destes materiais. A conclusão de que a mobilidade elétrica não permite cumprir as metas climáticas sectoriais é, pelos mesmos motivos, extensível a outras tecnologias automóveis, como a do hidrogénio ou a dos biocombustíveis.

Por isso, é inevitável recorrer a medidas que façam reduzir o número de carros em circulação e a sua utilização, ou seja, é imprescindível a aplicação de políticas públicas eficazes orientadas para uma mudança comportamental de larga escala, incluindo na posse automóvel. Tal envolve a expansão e melhoria do transporte público, incluindo transporte público *on-demand*, incentivos ao teletrabalho (pelo menos parcial), e políticas criativas no estacionamento automóvel, na promoção dos modos suaves de mobilidade, na mobilidade partilhada, na fiscalidade dos combustíveis, nos subsídios à utilização do transporte público, e na utilização das vias de rodagem e gestão dos congestionamentos. Por outro lado, não é evidente que a mobilidade do tipo *ride-hailing* seja vantajosa em termos ambientais, pois há estudos que sugerem que fomenta a procura induzida, e portanto apoios a estas tecnologias e serviços devem ser prudentes e nunca feitos em detrimento do investimento em transporte público.

Neste contexto, a Mobilidade como Serviço – não só a elétrica, mas a mobilidade em geral –, ou seja, a integração de várias formas de transporte num único serviço de mobilidade *on-demand*, seja em transporte público, ligeiros de passageiros, bicicleta ou outro meio de transporte, bem como combinações dos mesmos, responde ao desígnio societal de uma mobilidade mais sustentável, que se quer mais partilhada e menos individual.

### O papel da mobilidade elétrica

O governo deve continuar com os incentivos à compra de veículos elétricos, e as autarquias e o Mobi-E devem promover a instalação de muitos mais postos de carregamento, principalmente em modo rápido nos locais centrais e em modo lento nos bairros residenciais. O mesmo tipo de incentivos deve existir para os autocarros elétricos que façam serviço público de passageiros.

Ao mesmo tempo são necessárias medidas diversas e abrangentes, direcionadas às empresas que prestam serviços de transporte, aos utilizadores das mesmas e aos condutores. Por exemplo, definindo metas e criando incentivos para a electrificação das frotas de táxis e frotas de companhias de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma electrónica, os TVDE.





Pátio da Fonte, Fórum da Maia

A Uber anunciou que 50% das viagens em sete capitais europeias – Amesterdão, Berlim, Bruxelas, Lisboa, Londres, Madrid e Paris – serão efectuadas em veículos eléctricos até 2025, o que é de saudar, mas não chega. É preciso criar condições para que as demais companhias vejam os automóveis eléctricos como a proposta comercial mais atraente para os seus veículos de elevada quilometragem, pois só assim os adoptarão. O mesmo se aplica aos particulares.

Por outro lado, a par destas medidas, é preciso melhorar o transporte público, em frequência, pontualidade, preço, cobertura geográfica, granularidade, e conforto. A medida dos passes sociais nas áreas metropolitanas foi ótima – restam agora as outras e as outras regiões. É que só assim se conseguirão captar os passageiros e condutores que hoje em dia se deslocam em transporte privado, pois os outros, com transporte público melhor ou pior, mais barato ou mais caro, não têm outro remédio senão deslocar-se desta forma.

Por fim, as cidades portuguesas terão de equacionar, a curto e médio prazo, a implementação de Zonas de Emissões Reduzidas (ZER), proibindo a circulação de veículos mais antigos e poluentes nos centros urbanos e mesmo nas zonas residenciais, para reduzir a poluição ou mesmo de Zonas Emissões Zero.

#### Edifícios preparados para uma mobilidade mais sustentável

Um dos maiores obstáculos à adopção generalizada de automóveis eléctricos em cidades é, sem dúvida, a circunstância de haver muitos condutores que moram em apartamentos, grande parte sem parqueamento no interior. Aí, haverá que complementar a instalação de pontos de carregamento nas ruas dos bairros residenciais com soluções de carregamento rápido em superfícies comerciais, como centros comerciais e supermercados, permitindo por exemplo que o condutor carregue seu carro enquanto faz as compras da semana. Além disso, os parques de estacionamento, por exemplo do tipo *park and ride* junto a estações de comboio, também deverão ter carregadores disponíveis – aqui podendo recorrer a produção de electricidade renovável descentralizada, nomeadamente fotovoltaica, para abastecer os veículos –, bem como os locais de trabalho. Por outro lado, é uma boa ideia a do carregamento se realizar em lojas, cafés ou mercearias através de modelos do tipo *Airbnb*. A questão da alocação do consumo em postos comunitários é uma técnica fácil de resolver.

Ao contrário dos carregadores de carros eléctricos, os carregadores de bicicletas e trotinetes eléctricas consomem potências baixas, normalmente entre os 100 e 250W, ou seja, o equivalente a cerca de dois carregadores de computador portátil; por isso, são

veículos que podem ser facilmente carregados em qualquer lado. Se forem de utilização pública, têm os seus próprios pontos e logística de carregamento. Se forem privados, é importante provi-denciar estações públicas de carregamento em locais centrais, partilhando ou não a infra-estrutura com a de carregamento dos automóveis eléctricos. As empresas, em especial as médias e grandes, deverão também providenciar esses pontos de carregamento aos seus empregados nas suas instalações, ou o acesso a tomadas, incentivando assim a utilização destes veículos. Nos bairros residenciais poderá haver soluções inovadoras, como abrigos nas ruas partilhados por vizinhos onde as bicicletas são guardadas e carregadas. Para isto é necessário a colaboração das autarquias, facilitando estas soluções.

#### Adaptar a rede elétrica a novas necessidades

O problema não é o consumo total de energia necessária para abastecer os automóveis eléctricos, que será sempre uma fracção pouco significativa do consumo total de electricidade, mas sim quando e onde esse consumo se dá, pois não podemos ter os carros a carregar todos ao mesmo tempo nem no mesmo sítio, sob pena de o parque electroprodutor e as redes de transporte e distribuição não aguentarem. Felizmente, a curva de penetração dos automóveis eléctricos segue a par da curva de penetração do solar-fotovoltaico, portanto as sinergias que se podem tirar das duas tecnologias são óbvias.

Na verdade, uma alta penetração de energia eólica e, em particular, fotovoltaica na rede, como se deseja e espera, é passível de gerar consideráveis excessos de energia durante certos períodos do dia, em particular durante a noite no caso da energia eólica e durante o dia no caso da solar. Este excesso pode ser convenientemente usado para alimentar a mobilidade eléctrica – e também, já agora, a produção de hidrogénio, mas é mais eficiente o seu uso para carregamento directo de veículos eléctricos. Uma alta penetração de energia solar fotovoltaica no *mix* de electricidade tem de ser conjugada com armazenamento energético, e os veículos eléctricos com um perfil de carregamento diurno são ideais para isso. Por isso, é uma questão de coordenar o carregamento dos veículos com a produção de energia renovável, através de esquemas de carregamento inteligente, e instalando pontos de carregamento nos locais de trabalho. Além disso, os veículos eléctricos são ideais para estabilizar a rede, que hoje em dia é em boa parte assegurada por centrais a gás, podendo substituí-las com vantagem, e para isso a ligação nem tem de ser bidireccional, pois mesmo com *vehicle-to-grid* unidireccional inteligente essa estabilidade pode ser conseguida.

Noutra vertente, o carregamento dos veículos é perfeito para conjugar com a produção de electricidade renovável descentralizada, pois o consumo pode ser, pelo menos em parte, assegurado por micro e mini-geração fotovoltaica, como seja painéis fotovoltaicos a cobrir parques de estacionamento – os quais, ainda por cima, sombreiam os veículos, mantendo-os mais frescos, e contribuem para o equilíbrio das redes locais de distribuição.

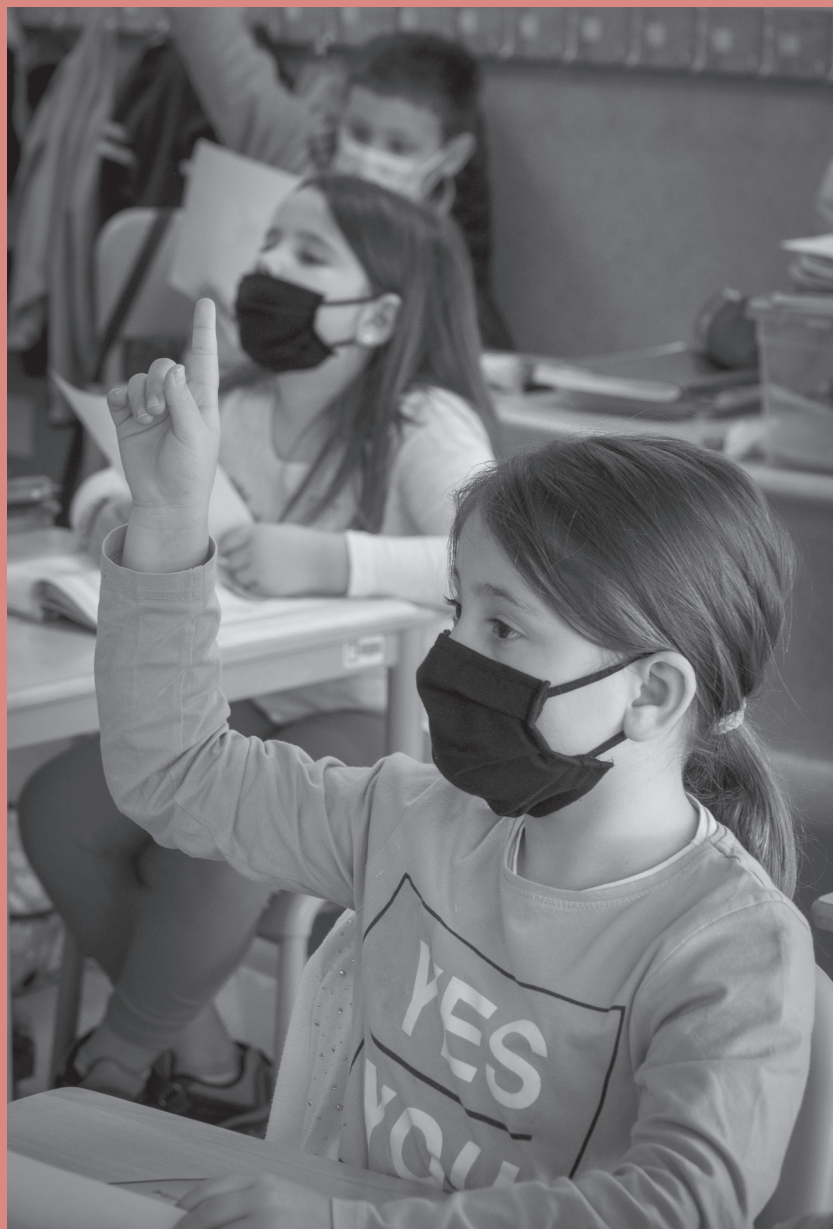
#### Das cidades ao país

O recurso a formas de mobilidade mais eficientes e proporcionadas com o recurso a fontes renováveis contribui fortemente para a redução do consumo de energia primária e para a necessária descarbonização da sociedade. A resposta, porém, passa por procurar-se resolver o problema tão a montante quanto possível e através de uma visão de longo prazo. A concretização do Plano Ferroviário Nacional em desenvolvimento será um elemento fundamental, mas também a definição estratégica de atividades como o turismo, que implicam um uso crescente da aviação, deve ser avaliada e repensada. Numa sociedade confrontada com diversas crises, como a crise climática e de recursos, é fundamental percebermos como mudarmos de paradigma e promovermos as mudanças estruturais a implementar para assegurarmos o bem-estar e a qualidade de vida de todos e todas.

Francisco Ferreira

Doutor em Engenharia do Ambiente; Professor associado na NOVA School of Science and Technology; investigador do Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade (CEN-SE)  
Presidente da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável.





Escola EB1 de Gueifões

# Participação Pública

p.18

## Uma Nova Cultura Territorial

### 1. Decrescer

Desde há muito sinto, na minha prática urbanística, que ao paradigma endeusado do crescimento se deve contrapor um outro, menos propalado, que é o do desenvolvimento. Crescer não é positivo por si mesmo, é um aumento de dimensão, enquanto que desenvolver significa acrescentar qualidades. Crescer simplesmente, sem cuidar de dar conteúdo qualitativo ao crescimento, é criar um monstro que exige sempre mais para se alimentar e obriga a mais crescimento, porque o monstro é insaciável.

Quando, no início da década de noventa, o conceito de desenvolvimento sustentável começou a ser divulgado e a fazer escola em Portugal, tornou-se evidente o risco e a necessidade de um compromisso global e universal, sem o qual não há salvação possível para a humanidade, porque também não a há para o planeta. À visão antropocêntrica do mundo terá que suceder uma outra em que Homem e Natureza têm igual valor.

Contudo, nos últimos tempos, inspirada pela reflexão de alguns economistas e filósofos, aproximo-me mais da ideia de que desenvolver de um modo sustentável, é decrescer.<sup>1</sup> Desenvolver não é sinónimo de crescimento em tamanho. Desenvolver é crescer em qualidade, e crescer em qualidade é decrescer em quantidade. Também não basta desacelerar, é necessário inverter o caminho, voltar para trás. Porque, por mais lentamente que se vá, se não invertermos o caminho, chegamos sempre ao final do percurso e o final do percurso é a destruição.

É com esta perspectiva que olho para o futuro. Uma perspectiva de regresso ao passado em muitos aspectos. Senão vejamos: não é isso o que ditam as boas práticas da economia circular, que implicam zero desperdício e neste sentido a inversão ou o abandono de uma economia assente no consumo? Não será esta a única via para inverter a depredação dos recursos naturais, o uso dos combustíveis fósseis, as emissões de carbono e mitigar as alterações climáticas?

Bem sei que o mundo é um ecossistema global, que assenta em equilíbrios instáveis e permanentemente em movimento, mas não é possível manter o equilíbrio numa balança quando os pesos estão todos do mesmo lado.

### 2. Os ensinamentos da pandemia

Confesso que estou muito apreensiva quanto ao futuro porque, se por um lado é evidente que a desaceleração da economia, motivada pela paragem forçada de sectores muito poluentes, trouxe uma melhoria para o ambiente, por outro, voltou-se atrás em sectores para os quais vínhamos dando importantes passos. Por exemplo, na regressão da utilização de transportes públicos que, com a implementação do passe único vinha a aumentar em detrimento do transporte individual, ou no aumento exponencial do uso de materiais descartáveis.

O tal "novo normal" que se prefigura, não tem muito de novo e assenta sobre os princípios e os desenhos do passado. Senão vejamos: o que são as transformações que se estão a executar no espaço público senão uma redefinição dos espaços canais, com menos espaço para o automóvel, é certo, mas sempre nele centrado? Como estão a ser resolvidos os problemas da habitação que ficaram tão evidentes na pandemia? Existe uma verdadeira visão integrada que responda ao direito à habitação, consagrado na constituição, ou estamos apenas a resolver, ou a tentar resolver, o problema dos mais pobres e dos marginalizados? Para quem é a cidade, para os cidadãos ou para servir os interesses económicos dos proprietários e dos empresários e gestores?

<sup>1</sup> Este é um portal dedicado ao decrescer: <https://www.degrowth.info/en/> . Alguns livros sobre o tema: Victor, Peter A.: *Managing without Growth – Slower by Design, not Disaster*, EE Edward Elgar, 2008; Jackson, Tim: *Prosperity without growth – Economics for a Finite Planet*, Earthscan, 2009.





Parque de Avioso

**Se fizermos o exercício de olhar para os objectivos do Green Deal e para a visão da presidente da Comissão Europeia Ursula von der Leyen, são ali colocadas, aparentemente, novas questões como a vontade de trazer a natureza para a cidade, beneficiando e valorizando os espaços públicos, fomentando as hortas urbanas e a permacultura, o incentivo ao comércio de rua, a promoção e aceitação de operações de urbanismo tático. No entanto, estas questões não representam, em minha opinião, uma verdadeira nova forma de agir e de governar.**

**3. Ouvir e fazer-se ouvir**

A elaboração e execução dos instrumentos de gestão territorial entendidos em sentido lato, (incluimos nestes os planos de adaptação às alterações climáticas, os roteiros e planos de acção para a economia circular ou para a neutralidade carbónica, os planos de mobilidade sustentável, etc) não se concretizarão sem a adesão e o envolvimento activo dos cidadãos. Um programa, um plano ou um projeto são tanto melhores quanto mais forem discutidos e quanto mais forem capazes de incorporar os resultados dessa discussão. A qualidade do resultado é directamente proporcional à quantidade de questões e dúvidas a que consigam responder. Na origem de uma boa resposta está sempre uma boa pergunta.

No entanto, para haver discussão séria e profícua, tem que haver interlocutores que entendam as linguagens um do outro, que tenham conhecimento, inteligência e abertura necessários para dialogarem, para colocarem questões e para as incorporarem nas respostas.

Para que quem planeia ou projeta se faça ouvir, tem que usar uma linguagem e metodologias que facilitem e permitam a comunicação. A classe técnica tem que deixar de usar a linguagem encriptada e específica que a torna inacessível ao comum dos cidadãos. A comunidade científica tem que se aproximar dos técnicos que estão no terreno, abrir o discurso e aceitar o desconcerto do mundo real.

Há hoje métodos, instrumentos e experiências que demonstram que este diálogo é possível e virtuoso. O processo participativo adoptado na discussão do Plano Director Municipal (PDM) da Maia é um bom exemplo da aplicação de metodologias apelativas para os cidadãos, que deram resultados visíveis: uma boa taxa de adesão, facto a destacar atendendo à dificuldade de mobilização que normalmente está associada a estes processos; e a concretização através de acções seleccionadas nas sessões participativas.

No que se refere à discussão de projectos de intervenção no espaço público, em edifícios públicos ou de utilidade pública, a realidade é muito diversa. Embora as operações de loteamento e as obras de urbanização promovidas pelas autarquias locais e suas associações ou pelo Estado, em área não abrangida por plano de urbanização ou plano de pormenor, sejam obrigatoriamente submetidas a discussão pública,<sup>2</sup> o certo é que se contam pelos dedos as que cumprem este procedimento.

Há, no entanto, alguns exemplos de processos participados que vale a pena estudar e aprofundar. Não precisamos de recuar ao processo SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) desenvolvido no pós-revolução de Abril, que tem vindo a ser estudado e recuperado em Portugal e além-fronteiras, (valerá contudo a pena não o esquecer ou desvalorizar, estudando o método e o processo). Hoje, motivados ou empurrados pelas exigências na aplicação de fundos europeus, começamos a ter experiências em que a metodologia assente em planos de ação participados e monitorizados é implementada. O programa Bairros Saudáveis, coordenado por Helena Roseta, ou o projecto URBINAT, da responsabilidade do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, são exemplos de processos participados que unem organizações da sociedade civil, no primeiro caso, e da comunidade científica, no segundo, com os cidadãos. São projectos com uma forte componente participativa, de carácter colaborativo a acarinhar e a acompanhar.

**4 Participação Informada**

Mas, se este processo exige capacidade por parte das equipas técnicas e do poder público, para encontrar as palavras e formas adequadas para se fazer entender e escutar, exige também, do outro lado, pessoas capazes de as compreender, interpretar e criticar.

É evidente, a todos os níveis, a nossa falta de cultura geral. Quanto menos cultos formos, menos exigentes e mais permeáveis somos à sociedade da desinformação, que gera situações de alarme social, que levam à adoção de comportamentos de risco, que põe em causa o equilíbrio do nosso sistema, inclusive do sistema democrático.

A informação, quando mal usada, é uma fonte de poder e de manipulação. E todos sabemos que atualmente há excesso de má informação, que nos chega pelos mais diversos meios, sem qualquer filtro de qualidade ou de comprovativo de veracidade. Sem querer aprofundar este tema, porque para além de não ser a minha especialidade, extravasa o que aqui se pretende abordar, tenho consciência de que uma população mais culta tem uma maior capacidade de escolher a informação que lhe chega e de procurar a informação que lhe interessa.



O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), identifica no Desafio Territorial 5.3, a necessidade de criar uma nova cultura do território e faz-lhe corresponder uma medida destinada a promover a cidadania, *"capaz de mobilizar, fomentando o acompanhamento e a cooperação ativa das entidades que representam diferentes interesses, assim como dos demais agentes territoriais e cidadãos interessados, cultura cívica informada e a garantia de equidade nas oportunidades geradas."*<sup>3</sup>

Esta medida divide-se em duas linhas de actuação: a primeira dirigida à comunidade técnico-profissional do ordenamento do território reforçando a capacitação para a governação colaborativa e a governança territorial.

A segunda, dirigida às populações mais jovens e à mobilização de todos os cidadãos, centrada no papel da educação e no fortalecimento de uma cidadania ativa valorizadora do território e dos princípios do ordenamento do território, *"fomentando uma cultura cívica informada, participativa e cocriativa."*<sup>4</sup>

A participação tem momentos próprios que devem situar-se a montante e a jusante dos projectos: a montante, na definição de estratégias e de programas e a jusante, na discussão das soluções. A segunda, participação a jusante, não faz sentido sem a primeira, e a ausência de participação na primeira é razão para muitos desastres da segunda: equipamentos sem actividade; infraestruturas sem uso; espaços públicos desadequados e degradados. E é também em processos de participação e discussão da primeira que se monta "a caixa de ferramentas" para criticar na segunda e construir património.

É por aqui o caminho: decodificando a linguagem técnica, ensaiando e incentivando um novo modo de trabalhar, deixando de parte a especialização estanque e adoptando uma postura colaborativa; mobilizando as instituições de ensino, as universidades, os politécnicos, os laboratórios colaborativos, as instituições do terceiro sector, para que, através de programas educativos e de projectos participados e colaborativos motivem os cidadãos, dando-lhes ferramentas para uma verdadeira participação.

*(...) caminante, no hay camino, se hace camino al andar.(...)*

António Machado

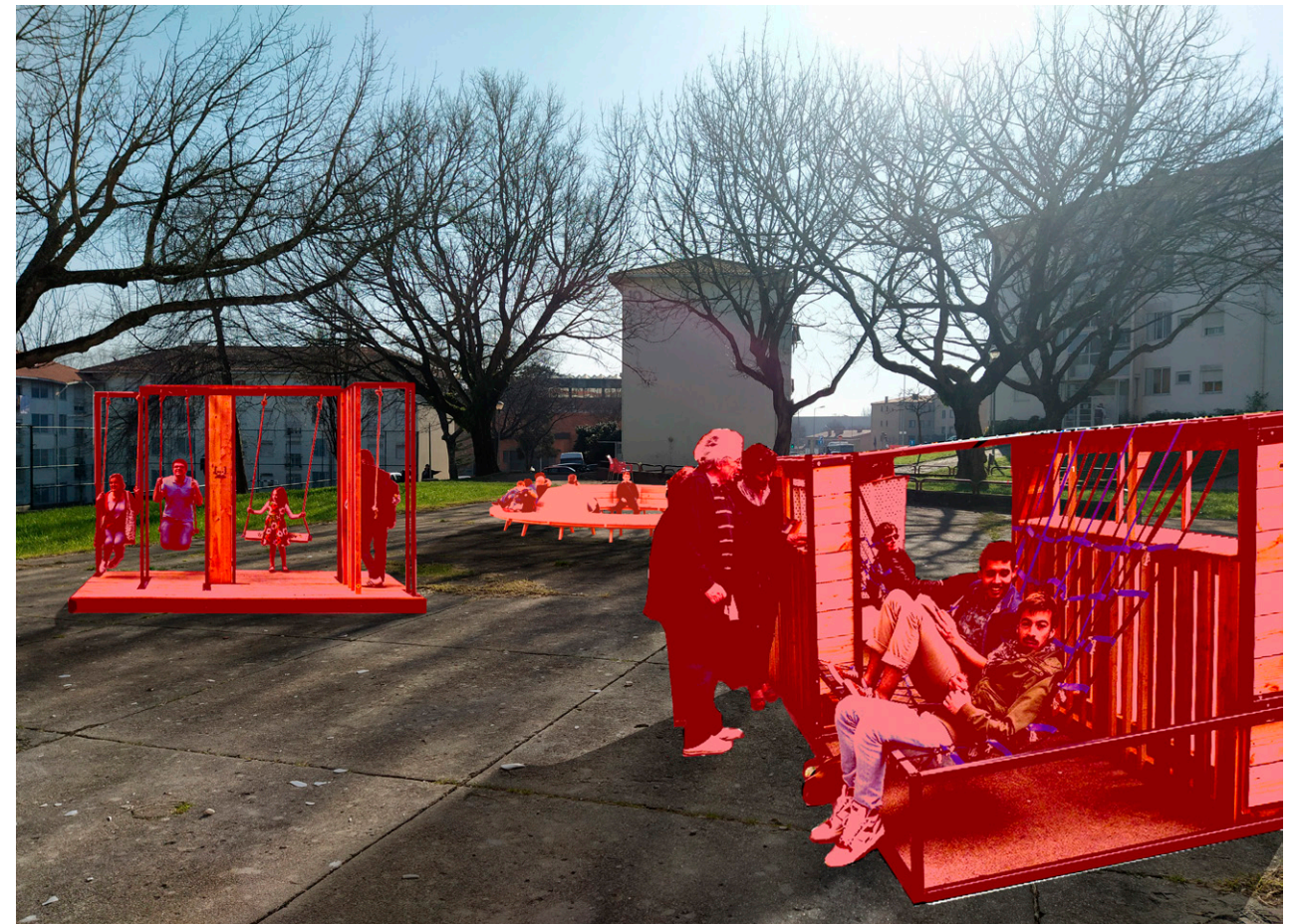
Maria da Conceição Melo

Arquiteta, Presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Arquitectos

<sup>3</sup> Página 232 Medida 5.2 Domínio da Governança Territorial: Ativar o conhecimento e uma nova cultura territorial.

<sup>4</sup> Ibidem

## Para além do desenho: Da cidade enquanto exercício colectivo



**"A tentativa e o erro são um método fundamental de toda a experiência científica. É também determinante para toda a arte criativa".<sup>1</sup>**

A evocação da ideia de arquitectura enquanto improvisação de Yona Friedman<sup>2</sup> — de que a arquitectura, tal como nos é ensinada nas escolas, é por vezes incompatível com a realidade — implica uma imposição de um determinado referencial técnico e teórico muitas vezes deslocado da vivência quotidiana dos habitantes destes espaços.

A arquitectura temporária, devido à sua natureza efémera, é fruto de uma certa improvisação e de um acto contínuo de montagem e desmontagem do objecto — *transumâncias do lugar* — surgindo enquanto objecto-investigação daquilo que poderão ser múltiplas vivências imaginadas e testadas de uso do espaço público.

<sup>1</sup> Tradução livre de Yona Friedman, Manuel Orazi, *The Dillution of Architecture*, Zurich: Park Books, 2015, pág. 29.

<sup>2</sup> Yona Friedman (1923-2020) foi um arquitecto, urbanista e designer francês de origem húngara. Bastante influente nos anos 50 e 60, mais conhecido pelo seu trabalho teórico em torno da *mobile architecture*.



Retornando à provocação de Yona Friedman, poder-nos-á parecer inóspito colocar o desenho de espaço público como arte criativa. Partindo da premissa que o próprio exercício de desenho e projecção do espaço e sua organização encerram processos criativos próprios, cremos também que esse mesmo exercício deverá ser abrangente e amplamente aberto e participado, nomeadamente por parte de quem efectivamente dele terá proveito. Ou seja, se uma casa deverá corresponder às necessidades e aspirações de quem a habitar, a cidade e seu espaço público deverão igualmente corresponder às necessidades e aspirações dos seus cidadãos.

É no entanto idealista considerar que, abrindo o projecto de espaço público aos cidadãos, não só seria possível alcançar todos os consensos durante a fase de projecto, como também que o que quer que se decida construir é útil e do agrado para todos. Não é, nem nunca será, evidentemente. Daí, novamente, Yona Friedman: que a tentativa e o erro são métodos fundamentais em qualquer exercício criativo. Mas daqui, também, surgem outras questões: Será a assunção da tentativa e erro como método a legitimação da irresponsabilidade e desleixo dos decisores políticos e criativos, ou da normalização da precariedade do espaço público a pretexto da sua efemeridade e obsolescência programadas?

Perceber de que forma e em que moldes se pode articular a participação das comunidades na reflexão, concepção e na própria construção desse imaginário é um exercício de afinação e percepção do que pode ser uma intervenção futura com carácter de maior permanência, tornando-se assim motivo e razão deste desafio a que nos propomos.

Este exercício deve ser observado enquanto reflexão derivada das multivindências enraizadas no exercício de projecção de uma ideia de participação e construção colectiva do espaço público e seu desenvolvimento a partir de realidades transversais. É uma reflexão que, podendo parecer aflorar de forma superficial as disciplinas da arquitectura e do urbanismo, pretende deixar interrogações e sugerir caminhos para trilhar uma construção territorial que se paute por uma democratização e pelo desenvolvimento de processos de construção de um imaginário colectivo.

#### Ponto Parágrafo

Diogo Matos Rodrigues | Bruno Miguel | Fernando Pimenta | João Diogo Oliveira | João Miguel Silva

Criada em 2019 enquanto espaço multidisciplinar de criação, discussão e reflexão artística da produção arquitectónica e artística, a Associação Ponto Parágrafo tem desenvolvido actividades e projectos artísticos, culturais e sociais desenvolvendo aptidões dos jovens nestes campos.

Actualmente desenvolvem projectos participados em moldes de autoconstrução junto com as comunidades e exploram os limites da prática arquitectónica em contextos experimentais e pedagógicos.







RETRATO PROGRAMÁTICO PARA URBES PÓS-PANDÉMICAS  
FEITO POR MIGUEL MARK HITLODEU, DESCENDENTE  
DE RAFAEL HITLODEU E HABITANTE DA NOVA UTOPIA,  
VERTIDO PARA TEXTO POR PESSOA FIDEDIGNA  
A PARTIR DE CONVERSA  
POR MEIOS  
TELEMÁ-  
TICOS

*Miguel Mark Hitlodeu, personagem de ficção, visitou o Professor José Vieira de Pina Martins em 1998 para lhe dar notícia do desenvolvimento, em finais do século XX, da ilha da Utopia que Thomas More descrevera em 1516. Desse encontro resultou Utopia III,<sup>i</sup> que Miguel Mark Hitlodeu assinou conjuntamente com Pina Martins. O descendente direto de Rafael Hitlodeu voltou a terras lusas em 2014, numa missão confiada pelo governo administrativo da Nova Utopia, para acompanhar os preparativos das comemorações dos 500 anos da publicação da obra-prima de More. Tendo então tido o privilégio da sua visita, verti o relato do nosso encontro num texto publicado na Colóquio/Letras.<sup>ii</sup> Confesso que não esperava vê-lo tão cedo!*

A manhã estava quente e por isso abri as duas janelas do meu gabinete antes de ligar o computador de mesa. Consultei a agenda: “9:09. Reunião Zoom com Embaixada”. Senti-me tentada a ligar à Claudina para perguntar de que Embaixada se trataria, mas lembrei-me de que me tinha dito que iria tomar a segunda dose da *Pfizer*. Consultei o relógio do telemóvel. Estava quase na hora. Cliquei no *link* e fiquei na sala de espera.

Às 9:09 exatas surgiu no ecrã a imagem de um homem com longas barbas e cabelo comprido, a fugir para o grisalho. Sorrii para mim:

– Que prazer tenho em revê-la, Professora!

Pareceu-me reconhecer a voz, mas não a figura.

– Então a Professora já não me reconhece? Miguel Mark Hitlodeu, ao seu serviço.

Continuei sem reagir.

– A Professora está *congelada*? Acho que é assim que vocês agora dizem quando a imagem fica parada. Mas olhe que, se assim for, a culpa não é do meu lado: aqui na Nova Utopia dispomos da mais alta tecnologia Super-Wifi 10.5, uma evolução da vossa primitiva rede, que se deve à invenção de redes IOT de altíssima densidade. Esta tecnologia facilita muito o trabalho dos 33 Embaixadores itinerantes que têm como missão informar o governo administrativo da Nova Utopia sobre o que se passa no mundo não-utópico.

– Miguel Mark Hitlodeu? Confesso que tive muita dificuldade em reconhecê-lo. Está tão...

– Sim, quase irreconhecível – atalhou. – É certamente do comprimento da minha barba e do meu cabelo que deixei crescer em solidariedade com o povo luso, que se encontra há já 489 dias em confinamento devido a essa hedionda pandemia da doença COVID-19.

Naquele momento, tive a certeza de que era ele. Só Miguel Mark Hitlodeu seria capaz destes gestos trágicos, no seu singular sentido de camaradagem.

– Mas como é possível que só agora me contacte? E a prometida viagem à Nova Utopia em 2016? Mandou-me preparar uma lista de 33 visitantes e ficaram todos a pensar que eu era doida... O meu amigo Miguel Mark Hitlodeu ganhou, entre nós, o cognome de “Godot”...

– Estive em processo de descontaminação durante três anos, Professora. Depois do meu regresso à Nova Utopia o governo administrativo considerou que a contaminação psicológica, ideológica e desejológica era de alto risco.

<sup>i</sup> Miguel Mark Hitlodeu & José Pina Martins (1998), *Utopia III*, Lisboa, Verbo.

<sup>ii</sup> Fátima Vieira (2014), “Uma estátua para Rafael Hitlodeu: Reflexões sobre utopismo e distopismo na literatura portuguesa do século XX e sobre os caminhos recentes da Nova Utopia baseadas no testemunho indelével de Miguel Mark Hitlodeu descendente de Rafael Hitlodeu. Relatado fielmente por pessoa fidedigna”, *Colóquio/Letras*, Fundação Calouste Gulbenkian, n.º 186, pp. 9-41.



– Como assim? – perguntei sem perceber.

– Regressei a desejar coisas que nunca antes tinha desejado, coisas do vosso mundo caótico, perifrástico...

– Perifrástico? – atalhei. O que tem a perifraseda a ver com o assunto?

– Na Nova Utopia regemo-nos pelo princípio da simplicidade e do despojamento. É na clareza das ideias que repousa a nossa sociedade. O seu mundo, Professora, rege-se pelo princípio da verbosidade. Regressei ao meu mundo sofrendo de verborragia. A loquacidade que está na base do raciocínio perifrástico é considerada uma perigosa doença na Nova Utopia.

– Concorde que ideias simples sejam necessárias, mas não dão conta das várias camadas que formam a realidade. Precisamos de as entender na sua sobreposição, justaposição, e mesmo contradição. Então não se lembra do que disse Edgar Morin? Apenas pelo pensamento complexo conseguiremos aceder a uma leitura mais completa do mundo.

– Complexo não significa complicado, cara Professora. – Miguel Mark Hitlodeu endireitou-se na cadeira, como se eu o estivesse a atacar. – É aliás curioso que me venha falar do Professor Edgar Morin, que tem na Nova Utopia uma estátua em lugar de destaque.

– Lá me vem o Miguel Mark Hitlodeu com a história das estátuas! O que interessa é que o pensamento do Professor Morin informe a sociedade utopiana.

– Pois é mesmo assim que se passa, e por isso mais vale que lhe diga diretamente ao que venho. – Miguel Mark Hitlodeu apontou o dedo para mim, tão esticado que até parecia capaz de furar o ecrã do meu computador. – Ouvi dizer que está a escrever um texto para a revista *Terramaia*.

– Ouviu dizer... mas como é possível? O assunto foi discutido apenas entre o editor da revista e eu. – Desta vez, o meu tom era mesmo acusatório. – Não me diga que a tecnologia avançada de que dispõe, aí na Nova Utopia, é utilizada para espionar a minha correspondência!

– Calma, Professora, olhe que me ofende com essa suspeição. É que eu sou amigo também do Arquiteto Portucale, um grande utópico, por sinal. Ou julga a Professora que é o meu único contacto aí nas terras lusas?

Balbucie um "Ah, desculpe", mas o meu interlocutor falou por cima:

– Pelo que sei, o Arquiteto Portucale solicitou à Professora uma reflexão imaginativa sobre a evolução da sociedade maiata no tempo pós-pandémico, com especial atenção às dinâmicas do urbanismo. Ora eu queria partilhar consigo o que fazemos aqui, na Nova Utopia, antes de a Professora escrever o texto.

Debrucei-me para a frente na cadeira, mostrando-me interessada.

– Embora não tendo sido afetados pela pandemia que assola o mundo não-utopiano, temos vindo a seguir de perto todos os desenvolvimentos, desejando que a situação se resolva logo. Mas aproveitámos também para discutir de que forma poderíamos, com a experiência da vida em comunidade na Nova Utopia, contribuir para o momento reconstrutivo que sempre sucede ao caos.

Miguel Mark Hitlodeu viu que eu tinha pegado no meu caderninho de pensamentos utópicos e numa caneta e começou a falar mais devagar, como se estivesse a fazer-me um ditado.

– Aquilo que pudemos observar no seu mundo, Professora, foi como as diferenças entre as classes sociais se acentuaram à medida que a doença COVID-19 foi penetrando nas cidades. Quando chegou o momento do confinamento, nem todos puderam ficar em casa, pois era preciso abastecer as cidades, fazê-las funcionar, e muitos dos que ficaram em casa não tinham as condições necessárias para o teletrabalho ou para a telescola. Claro que essa situação nunca se poria na Nova Utopia, onde todas as casas são espaçosas, dispondo das melhores condições para o seu usufruto. Mas esta é uma primeira medida que terão de tomar, nas vossas cidades, para que estejam preparados para enfrentar futuros desafios.

Como eu anuía com a cabeça à medida que escrevia, Miguel Mark Hitlodeu continuou:

– E olhe que não se trata apenas de construir casas espaçosas, têm de ser bonitas também.

– Sim, eu sei, ainda no outro dia li um livro de John Clammer, onde ele propunha o conceito de "justiça visual".<sup>iii</sup> Toda a gente tem o direito de ver coisas bonitas e de viver em casas bonitas. A justiça social não existe sem a justiça visual.

– Ora aí está, bem sábio esse Clammer.

E desta vez foi Miguel Mark Hitlodeu quem anotou o que eu dissera num papel. Senti-me encorajada, e por isso acrescentei:

– E também andei a ler o livro de Jan Gehl, *Cidades para pessoas*,<sup>iv</sup> onde ele explica como, nos últimos 50 anos, andámos enganados, em matéria de políticas urbanas, a construir cidades para automóveis em vez de cidades para pessoas.

– Ora, mas estou a ver que a Professora anda a percorrer a história da estatuária neo-utopiana! Para além da estátua de Jane Jacobs, que em 1961 publicou o incontornável livro *Morte e Vida nas Grandes Cidades*, também lá temos um busto do Professor Gehl: foi colocado no Jardim dos Desenhadores de Cidades há três anos, quando ele festejou o seu 81.º aniversário. O pensamento deste urbanista dinamarquês tem vindo, aliás, a ser crucial para o desenvolvimento recente da Nova Utopia.

– Quer então dizer que as cidades da Nova Utopia são cidades com alma, como lhes chama o Professor Gehl?

– Precisamente. Cidades feitas para as pessoas e viradas para a mobilidade urbana: transportes intermodais, vias cicláveis e áreas protegidas para peões. A Professora não imagina como é a minha vida na Nova Utopia. À exceção dos últimos 489 dias, em que tenho estado confinado em casa, num ato da mais fraterna solidariedade com os meus amigos lusos...

– Então é mesmo verdade? Tem estado em casa, assim, sem sair? – atalhei, incrédula. – Pensei que estava a falar metaforicamente.

– Pois, aí está, eu não falo por metáforas – o processo de descontaminação linguística a que fui submetido incluiu perifrasedas, metáforas, polissíndetos, pleonasmos, hipálages e hipérboles.

Abanei a cabeça, mas Miguel Mark Hitlodeu não fez caso.

– À exceção dos últimos 489 dias, a minha rotina matinal faz-me sentir feliz: saio de casa a pé às 8:04 e cumprimento a vizinha da casa em frente, que a essa hora está invariavelmente na cozinha que dá para a rua, de janela aberta, a dar o pequeno-almoço à pequenada; cruza-me com o dono da mercearia da rua, que está a chegar de bicicleta; passo pelo quiosque para comprar o jornal que de seguida deixo na soleira da porta do vizinho idoso; sorrio quando passa por mim um bando de jovens, de mochila às costas, a correr para as aulas; atravesso o jardim e sento-me na esplanada à sombra de uma árvore centenária; aparecem os meus clientes do costume, uma boa dúzia de pombos neo-utopianos, e ao meu lado senta-se sempre uma jovem de jeans a ler um livro de poemas; às 8:16 senta-se em frente um rapaz com olhar lânguido, de poeta. E fico a pensar em todas as pessoas felizes que já se encontraram, conheceram e sentaram ali, abrigadas do sol da manhã.

– Até faz lembrar o "ballet das ruas" descrito por Jane Jacobs...

– É que é mesmo uma dança, Professora! Começo o dia a vibrar com a cidade! Volto depois para casa para pegar na bicicleta. Às 8:43 percorro 3,6 km da via ciclável de 93 km que circunda a cidade para me deslocar até ao COMNU – Centro de Observação do Mundo Não-Utópico.

– Estou a ver que o Miguel Mark Hitlodeu não mudou – ironizei. – Fazendo a conta dos "noves fora", todos os números que indica são zero ou múltiplos de três.

<sup>iii</sup> Clammer, John (2014), *Art, Culture and International Development: Humanizing social transformation - Rethinking Development*. Abingdon: Routledge.

<sup>iv</sup> Jan Gehl (2010), *Cities for People*. Washington D.C.: Island Press.



– Não sou só eu, Professora. Pensava que já tivesse compreendido que o nosso pensamento só pode ser entendido à luz do esoterismo triádico.<sup>v</sup>

– Sim, já sei... adiante! – incentivei.

– Todos, na Nova Utopia, vivemos, trabalhamos, fazemos compras, recorremos a serviços públicos e a equipamentos de lazer num dos policentros da cidade. Se eu quisesse ir a pé para o trabalho, não demoraria mais de cinco minutos, mas apanho sempre a ciclovia para fazer o meu exercício diário.

– É a cidade de quinze minutos! Sim, já ouvi falar no conceito, que está a ser experimentado também no nosso mundo.

– Fico muito contente por isso. A cidade do futuro só pode ser como a descreveu o Prof. Gehr: uma cidade humanizada, desenhada por arquitetos e urbanistas que se interessem pelas pessoas. E as ruas, as ruas!... – Miguel Mark Hitlodeu levou as mãos à cabeça e depois abriu muito os braços, num gesto teatral. – Não queremos avenidas larguíssimas, a separar os prédios, mas ruas mais estreitas, que obriguem as pessoas a ver-se e a cumprimentar-se – e aproximou as mãos, muito esticadas, deixando uma distância de 6,9 centímetros entre elas. – E temos de ser matreiros – Miguel Mark Hitlodeu piscou-me o olho – e, por vezes, nos parques, temos de criar circuitos de passagem para combater a propensão individualista e obrigar as pessoas ao convívio! E, claro, temos de pensar nos transportes...

– Sim, porque andar de bicicleta é muito bonito, mas se chover tanto na Nova Utopia como chove aqui no Norte, é impraticável em certos meses do ano.

– Ora aí está: aposta na mobilidade urbana coletiva! Tome nota, Professora, tome nota!

– Eu tomo, Miguel Mark Hitlodeu, mas olhe que o que me está a dizer não é novidade nenhuma! O meu Amigo já leu algum número da revista *Terramaia*? O Arquiteto Portucale, as autoridades autárquicas e os colaboradores convidados dizem tudo isso que está para aí a dizer e mais ainda: que a Maia tem como objetivo ser uma comunidade neutra em carbono, que está empenhada em responder ao desafio da mobilidade elétrica, que está a rever os seus instrumentos de planeamento, e que pretende que o processo de transformação da vivência urbana seja participado por todos os maiatos, pondo-se o foco na discussão dos temas da mobilidade, do ambiente, das centralidades e da socioeconomia.

– Sim, e mais ainda: seguindo o princípio da complexidade de Edgar Morin, está a ser formada uma equipa multidisciplinar para pensar o futuro. A Professora leu o texto de apresentação do primeiro número da revista?

– Está a falar dos *sete andamentos* enunciados pelo Arquiteto Portucale? Um programa notável para que a Maia se desvie do urbanismo clássico que tantas dores de cabeça nos trouxe. Gostei, em particular, do segundo andamento, que convida ao pensamento holístico, e também do sexto, que nos faz ver que, para que a construção da cidade não seja deixada apenas aos técnicos, todos terão de participar.

– Ainda bem que gosta das minhas ideias, Professora.

– Mas as ideias são suas ou do Arquiteto Portucale?

– Todos os indivíduos utópicos, quando se veem ao espelho, Professora, conversam comigo. Gosto, em particular, das conversas que tenho tido com o notável autarca António Sarça Tiago. Leu o que ele escreveu sobre a necessidade de se colocar o foco na dignidade da pessoa humana? Inspirei-lhe essa frase enquanto ele fazia a barba.

– Mas eu não o vejo quando me olho ao espelho!

– O seu caso, Professora, é de um grau utópico mais profundo: não se esqueça de que anda nisto das utopias há mais de três décadas! Mas ora diga-me lá: quem lhe faço lembrar?

– Assim, com esse cabelo e barbas para o comprido e bem revoltos, confesso que me faz lembrar o William Morris – soltei um gritinho de espanto.

– Ora aí está, Professora, o grande utópico inglês que a Professora estudou durante tantos anos!

– Mas se anda a ter conversas utópicas com o Presidente da Câmara da Maia, com o Editor da *Terramaia*, e com mais umas quantas pessoas importantes...

Miguel Mark Hitlodeu dizia que sim com a cabeça e com as mãos fazia um gesto circular, como quem diz que eram essas e muito mais pessoas. Continuei:

– Se já anda a inspirar essas ideias utópicas a tanta gente, por que razão precisa de mim?

– Porque quero que ponha isto por escrito, Professora. Que sistematize as ideias. E que lhes dê o toque do costume. Para além disso, li os seus pensamentos hoje de manhã. Sei que anda a pensar em paradigmas regenerativos...

– Ah, sim, essa visão parece-me essencial. O Miguel Mark Hitlodeu sabe que sou otimista por natureza...

– Como são todos os utópicos! – atalhou.

– E ando completamente rendida à abordagem regenerativa. Reconheço que estamos na era do Antropoceno, que as atividades humanas têm vindo a ter um impacto global muito negativo no clima do nosso planeta e no funcionamento dos seus ecossistemas. Por outro lado, acredito que se os seres humanos são capazes de destruir serão também capazes de construir. Sinto, dentro de mim, que é apenas uma questão de os seres humanos perceberem que poderão ser participantes influentes da saúde e do destino dos ecossistemas da Terra.

– Gosto dessa sua ideia, Professora. Os seres humanos têm um papel muito positivo a desempenhar na Terra. O que é preciso fazer é promover a consciência de que a saúde do ecossistema depende da saúde humana, e de que a saúde humana depende da saúde do ecossistema.

– A presente pandemia provou-o bem.

– Mas podemos também transpor esse raciocínio para a cidade. Os ambientes construídos podem funcionar como catalisadores dos lugares em que se encontram implantados. Se todos os cidadãos tiverem uma casa bonita, arejada, com boas condições, e se as cidades forem caminháveis, os cidadãos viverão em verdadeira comunidade, cruzando-se na rua, conhecendo-se, convivendo e entreadjudando-se, e perceberão que a sua felicidade e bem-estar dependem da felicidade e bem-estar da comunidade, e vice-versa. Estão mais do que descritos, os efeitos sociais da arquitetura no espaço público.

– Sim, acredito que as cidades têm capacidade para transformar as pessoas. Os edifícios e a cidade têm um impacto visual, mas também interferem na forma como nós vivemos, como circulamos pela cidade, impactam nas nossas experiências urbanas e sociais. Temos de apostar numa arquitetura compacta e amigável do caminhante e do ciclista. E temos de recuperar também a vida económica dos bairros, voltar a trazer o comércio e os serviços para os centros – ou policentros, como lhes chama o Miguel Mark Hitlodeu. Temos de alimentar as ruas de diversidade, como queria Jacobs: usos, escalas, edifícios, classes e pessoas. E todos temos de ser os “olhos da rua”, zeladores caminhantes. Precisamos de ruas com milhares de pessoas a zelarem por elas.

– Então é isso mesmo que tem de escrever, Professora.

Tomei nota no meu livrinho de pensamentos utópicos: “Sorria, está na Maia”.

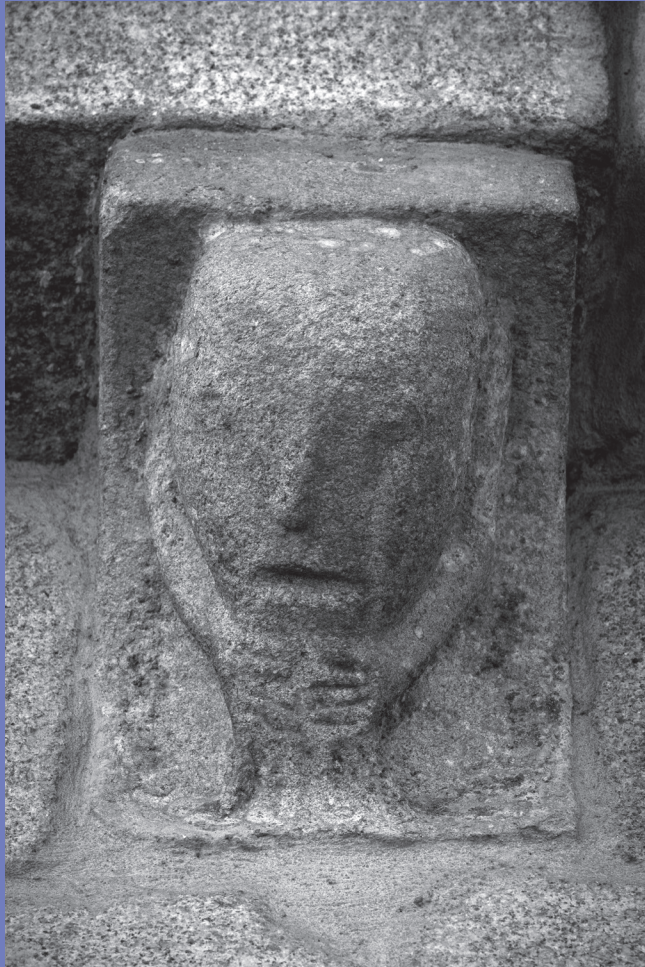
Porto, Julho de 2021

Fátima Vieira

Vice-Reitora da Universidade do Porto, Teórica dos Estudos sobre a Utopia

<sup>v</sup> Sobre o esoterismo triádico de Miguel Mark Hitlodeu, cf. Daniel Serrão, «Utopia III — Outra Vez Portugal», *Brotéria*, n.º 149, 1999, p 186-8.





Igreja de Nossa  
Senhora do Ó,  
Águas Santas,  
cachorro

# História

p.32

## Despertar o caos: as pandemias e as suas transformações na sociedade ao longo dos tempos

Existem partes do mundo que estão habituadas a lidar com surtos epidemiológicos e pandemias de larga escala: o continente africano enfrenta, diariamente, os desafios colocados pela malária, ébola e VIH/SIDA; e o sudeste asiático tem sido o epicentro de múltiplas enfermidades e de novas doenças respiratórias, que rapidamente se propagam até outros continentes. Para os ocidentais, apesar das ameaças ocasionais de SARS (2002-2004) e do vírus influenza H1N1 (2009-2010), os cenários distópicos de cidadãos com máscara na rua, de cidades em quarentena e de hospitais sobrelotados, representam uma novidade indesejada que, no fundo, é um problema de memória histórica.

Mas é muito provável que as pessoas mais velhas se recordem de como, em outros tempos, era comum rezar-se, antes de se adormecer, para que Deus os protegesse da fome, da peste, da guerra e da morte. Durante séculos, os quatro cavaleiros do Apocalipse permaneceram agrilhoados ao imaginário, às crenças e aos temores de gerações habituadas a lidar com enfermidades incuráveis, a fatalidade do inexplicável e os mistérios insondáveis da morte. O desenvolvimento científico dos últimos cem anos transformou estes sentimentos em algo de novo: desmitificando as doenças, melhorando os tratamentos médicos e assegurando um incremento na esperança média de vida. Daí as ondas de choque provocadas pela atual pandemia de SARS-CoV-2, que revelam debilidades nos sistemas de saúde, nas estruturas económicas e no tecido social. Fragilidades socioeconómicas que, consoante a circunstância pessoal, conduzem a diferentes questões: O que é que acontecerá a seguir? De que forma é que a economia recuperará? Será possível construir uma sociedade melhor a partir deste momento?

Não é a primeira vez na história que a sociedade humana é abalada por uma bactéria ou por um vírus. Os exemplos são abundantes e recuam a longas distâncias temporais. Ainda recentemente se identificou, através de análises forenses a vestígios de um caçador-recolector descoberto no século XIX, na atual Letónia, que a *Yersinia Pestis* matava pela Europa há cinco mil anos e que as suas origens poderão recuar até cerca de sete mil anos, em pleno Neolítico<sup>1</sup>. Passariam alguns milhares de anos até que essa bactéria se tornasse pandémica e perigosamente mortal: entre os anos de 541 e 750, as estimativas sugerem que a peste bubónica terá provocado a morte a metade da população europeia; e que, entre 1347 e 1353, tenham perdido a vida entre cem e 300 milhões de pessoas.

Seguiram-se outras pandemias ao longo da história, com números igualmente significativos e trágicos. Os exemplos são abundantes, com o vírus da varíola a ter dizimado cerca de 500 milhões de pessoas ao longo dos tempos; a bactéria responsável pela cólera a matar milhões de pessoas, continuando a infetar e a causar a morte a cerca de 28 mil pessoas por ano; o vírus Influenza H1N1, a Gripe Espanhola, que terá infetado 500 milhões de pessoas e causado a morte até cerca de 100 milhões de pessoas. Um outro vírus, menos mencionado, é o VIH, o vírus da imunodeficiência adquirida, que dá origem à síndrome da imunodeficiência adquirida (ou SIDA). Trata-se de um vírus ao qual Organização Mundial da Saúde atribuiu o estatuto de pandemia e que mata, em média, 770 mil pessoas por ano, havendo cerca de 37.9 milhões de pessoas infetadas em todo o mundo.

1 SUSAT et al, 2021, "A 5,000-year-old hunter-gatherer already plagued by *Yersinia pestis*." *Cell Reports*, v. 35, n. 13.



Estes exemplos têm um único propósito: demonstrar que as sociedades ocidentais se adaptaram, em tempos recentes e com sucesso, a uma ideia de imunidade e de controlo das suas vidas, e que essa conceção foi violentamente afetada pela pandemia de Covid-19. Por isso, é normal que surjam dúvidas e inquietações em relação ao presente e ao futuro. Embora a história não tenha qualquer capacidade de prever o que acontecerá a seguir, nem de dar garantias sobre se as soluções atuais são as mais adequadas, poderá fornecer ferramentas para que se percebam as consequências mais comuns deste tipo de surto epidemiológico.

Cada pandemia trouxe consigo um conjunto de inovações e de transformações nos quadros legislativos, institucionais, científicos, culturais, assistenciais e sociais. Vários historiadores e investigadores portugueses e estrangeiros escreveram sobre esses temas, existindo um número razoável de publicações disponíveis em acesso aberto nos repositórios das universidades portuguesas. O que interessa aqui é apontar exemplos das transformações. E algumas das principais mudanças ocorreram na gestão das enfermidades e nas atitudes perante a morte. A lepra, por exemplo, deu origem àquilo que André Vauchez apelidou de "revolução da caridade", com a proliferação das instituições assistenciais. Durante a Idade Média, construíram-se espaços e instituições próprias (as gafarias) para o acolhimento de doentes. De forma a combater o sofrimento, desenvolveram-se regimes alimentares paliativos para as pessoas doentes: com figos e legumes; e o uso, na alimentação, de pimenta, cominhos e mel, que acreditavam ter efeitos terapêuticos. Perante a ideia da morte, deu-se, também, uma revalorização da palavra escrita e, em particular, dos testamentos: era uma forma dos vivos resolverem os seus assuntos terrenos e de prepararem a sua vida *post-mortem*.

Talvez uma das questões que as pessoas se colocam com mais frequência seja sobre se as suas vidas irão melhorar depois da pandemia. No *Decameron*, Giovanni Boccaccio (1313-1375) eternizou as alterações causadas pela peste negra na sociedade e na economia: com um abandono de estruturas sociais estanques, um aumento da descrença religiosa, e com a adoção da máxima "Comei, bebei e alegrai-vos, pois amanhã morreremos". A escassez de mão-de-obra em certos setores provocou uma melhoria das condições salariais, uma maior igualdade social e uma melhoria das condições de vida. Talvez uma das mudanças mais significativas tenha que ver com a relevância do conhecimento, da educação e da ciência. Este surto de SARS-CoV-2 tem provado a importância que a investigação tem para que se encontrem soluções que permitam uma resposta tão imediata e robusta, como a comunidade científica deu, fornecendo múltiplas vacinas eficazes contra o novo coronavírus e suas variantes.

As grandes pandemias têm causado o empobrecimento maciço das sociedades e uma dose excessiva de sofrimento para muitas famílias, incapazes de prever o que o futuro lhes trará. Ao mesmo tempo, as pandemias despertam o caos e uma série de sentimentos antitéticos, que vão da acalmia à fúria, da apatia à criatividade. Em entrevista à *New Yorker*, uma professora jubilada da Universidade de Johns Hopkins (Maryland, Estados Unidos), disse acreditar, precisamente, que este caos permitirá abrir as mentes, de renovação mental<sup>2</sup>. Num tom claramente otimista, Gianna Pomata defendeu que este contexto pandémico servirá para radiografar a sociedade, de forma que se diagnostiquem os seus problemas e se encontrem soluções. Perante a crise atual, a investigadora Maria Antónia Pires de Almeida assume uma postura um pouco mais alternativa e pessimista, sugerindo que não bastará diagnosticar e propor soluções, porque as sociedades tendem a relaxar e a cometer erros sociais, económicos, políticos, e até de higiene, semelhantes aos do passado<sup>3</sup>. Porque as pessoas não querem mudança; apenas anseiam regressar ao seu antigo normal. Esta nova vaga de casos de Covid-19, no início do verão de 2021, prova, de certo modo, esta hipótese.

2 WRIGHT, Lawrence – "How Pandemics Wreak Havoc–And Open Minds". *The New Yorker* (20 de julho de 2020), pp. 18-23.

3 Entrevista a Maria Antónia Pires de Almeida (CIES–IUL) sobre "A Cólera em Portugal no Século XIX," in *Pandemias e História na Era da Covid-19*, coordenado por Flávio Miranda. Porto: CITCEM, 19 de maio de 2020.

Arcada Nascente da Praça  
Dr. José Vieira de Carvalho



É difícil de prever se a atual pandemia poderá suscitar um renascimento, uma sociedade melhor, mais justa, com menos desigualdade social. Será importante que as "bazucas" e os apoios europeus não desfaçam os alvos em investimento inútil e infrutífero, sem consequências de maior para a saúde, a educação, a ciência e a economia. E será crucial evitar que a situação atual favoreça o crescimento – como aconteceu em pandemias anteriores – de atitudes xenófobas e de crises sociais. Também será necessário acautelar que a euforia dos anos que se seguem não se transforme nuns loucos anos vinte, feitos de ilusão, de especulação e de um *crash* ainda mais duro na realidade.

Quando no século V a.C. uma epidemia assolou Atenas, Tucídides escreveu que "Se, por medo, as pessoas recusavam aproximar-se umas das outras, morriam abandonadas, e muitas casas ficavam assim vazias, por falta de alguém para prestar socorro". Um dos enormes falhanços das instituições e da sociedade, imediatamente diagnosticado pelo novo coronavírus, encontra-se na forma como as pessoas mais velhas têm sido tratadas. E essa é uma das primeiras tarefas a cumprir a breve prazo. De seguida, tudo resto: perceber a relevância dos cuidados de higiene, melhorar os sistemas nacionais de saúde, aperfeiçoar as condições de trabalho e de teletrabalho, valorizar as comunidades urbanas e os serviços de proximidade, investir na ciência e na educação de forma séria.

Os pessimistas continuarão a insistir que nada mudará: que os problemas sociais ficarão por resolver, que a pobreza permanecerá entre nós, que os enfermeiros terão de continuar a emigrar, que os professores prosseguirão sem perspetivas de carreira, que dificilmente aniquilaremos as desigualdades sociais, que o futuro dos nossos filhos será hipotecado durante gerações pelas más decisões políticas. Perante o caos e a incerteza gerados pela pandemia de Covid-19, o otimismo terá de ser o nosso melhor aliado para que continuemos a trabalhar – não por uma nova, mas por uma melhor sociedade.

Flávio Miranda

Doutor em História pela Universidade do Porto, investigador contratado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, integra o Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM), Promotor da iniciativa "Pandemias e História na Era da Covid-19" (CITCEM/Casa Comum da Universidade do Porto)



# O maior perigo na fadiga é pararmos ou fazer bem, por mais singelo que seja o que fizemos, feito fica

Este número 4 da Terra Maia, de certa forma, encerra um bloco que foi inexoravelmente marcado pela primeira pandemia do século XXI. Na verdade, quase poderia ser considerada uma série: quatro números, nos dois anos mais agitados dos vividos até agora nestas duas primeiras décadas do século. Pese embora a TM#01 seja cronologicamente "pré-pandémica", quando lida no momento, com algum distanciamento, parece sentir-se a tal "qualquer coisa no ar". De todo o modo, esta equipa editorial considera que o conjunto dos textos contidos neste bloco de quatro números produziu suficientes análises, reflexões e referências ancoradas na circunstância, abrindo-se agora um novo tempo de síntese.

O Ordenamento do Território é um "multi-componente" da governação, com efeitos muito duradouros na condição das comunidades organizadas segundo um modelo de pirâmide de poder decisório, sejam democráticas ou autocráticas. Nas democráticas, o erro pode sempre ser corrigido (pelo exercício da crítica construtiva, ainda que implicando uma certa instabilidade "da regra"). Nas autocráticas (por ausência de interação crítica), há estabilidade "da regra", mas leva à duração do erro.

Diversamente da Economia, das Finanças, da Saúde ou da Justiça, por exemplo, as políticas de Ordenamento do Território (como na Educação, na Ciência e na Cultura, talvez) incorporam uma medida temporal mais larga, que obriga a futuro, a prospectiva, a menor ponderabilidade do que a gestão do presente.

É justamente essa condição que, no caldo de confrontação adversativa das últimas décadas (muito exponenciado, ademais, pela volubilidade da "nova comunicação instantânea" e da panaceia da aceleração cibernética), diminuídas a prática e a cultura da partilha colaborativa, levou a uma acumulação de imperfeitos conceptuais, outrossim insucessos factuais.

Procurar construir as bases de um futuro mais assertivo, "pan-equilibrado", fechados nuns quantos gabinetes ministeriais ou corredores universitários ou estações governativas locais, deixando perder progressivamente os modos e a capacidade de interação com a(s) comunidade(s) fora dos assépticos canais burocráticos institucionais, é uma missão destinada a parcos alcances, quando não mesmo a danosos fracassos.

Se há algum robusto traço comum nos textos desta TM#04 é esse "quase apelo", urgente, à qualificação e intensificação da participação pública cidadã - o tempo da auto-satisfação protestativa está vencido por anacronismo. Passou e deu lugar à urgência de participar, de colaborar, de partilhar, de debater, de reclamar boas perguntas para tentar construir boas respostas.

A ética de que falam o Papa e o Grande Imã (a que se refere a minha citação de abertura do editorial) enforma essa postura de determinada disponibilidade para avolumar uma maré de confluências (um *tsunami* de vontades), no propósito de empreendermos uma regeneração o mais rapidamente possível, o mais inteligentemente que esteja ao nosso alcance e o mais decentemente justa quanto o que ainda formos capazes, para não desmerecermos o facto de sermos co-habitantes do mesmo pequeno "prédio", em órbita algures num lugar do espaço sideral mais ou menos incerto.

Portanto, este é um momento de síntese, por norma, precedente do impulso para um novo tempo. Não uma "nova versão", ou um "novo normal", mas uma verdadeira transição para uma mundivisão em que a "normalidade" seja substituída pela valorização da diversidade, da adaptabilidade, da resiliência e, no limite, da inquietude conceptual, da "anormalidade" criativa e da versatilidade inteligente. Gostar de ser parte da vida.

E, para termos vida, necessitamos de ter um Planeta. E é este, não outro.

Entretanto, paradoxo dos paradoxos, sob o Céu plúmbeo das perturbações e dos confinamentos sociais, a Maia construiu (talvez como nunca antes) sob a(s) melhor(es) doutrina(s) que vão tacteando as necessidades e aspirações futuras dos territórios.

A carteira de projectos elaborados no quadro do Portugal 2020 (2014-2020), por via da atávica entropia burocrática que a União Europeia ainda não logrou minorar, só por estes dias se vê concretizada em obra-no-terreno. Não foi possível alcançarmos o que ambicionámos mas, justamente porque pedimos o óptimo, chegámos ao bom, bem acima do suficiente - o óptimo é, por isso, o melhor amigo do bom!

No próximo Outono, pouco depois da publicação desta TM#04, sucederá a eleição dos órgãos autárquicos para o mandato quadrienal de 2021-2025. O novo governo municipal democraticamente eleito, decidirá sobre a continuidade deste projecto editorial.

Sucedendo continuidade, a TM#05, na Primavera de 2022, por identidade do seu projecto editorial, deverá então dedicar atenção à apresentação e ilustração desse imenso acervo de planeamento, projecto e obra desenvolvido ao abrigo do último quadro "pré-pandémico" do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, sujeitando-se ao escrutínio dos leitores - foram ideias, projectos e obras úteis, duráveis e belas? Revelam imperfeitos, quais? Todas as críticas colaborativas irão a tempo de incorporar o mapa do quadro Portugal 2030.

Nestes dois anos passados, muitos de nós se terão apercebido (e sentido alguns dos inevitáveis incómodos) do enorme volume de obras nas ruas, praças e jardins do Concelho. Todavia, poucos de nós terão uma noção clara da verdadeira dimensão física dessa transformação e do seu significado. Passeios mais largos, seguros e confortáveis; mais árvores; melhores pracetas e jardins para estar; roteiros de percursos pedonais de peregrinação, de visitação ou simples lazer, na paisagem urbana e na paisagem rural.

Calcorrearemos, sem pressas nem atalhos, essa nova rede de possibilidades.

*" É então que apetece, em peregrinação,  
Ir aos santuários de cada região.  
...  
Ora se espraia o sol pelas colinas,  
Ora mergulha na baía do ocidente;  
Quando chega ao zénite, o manto azul sacode;  
Amanhã, por frescos bosques e novos campos corre."*

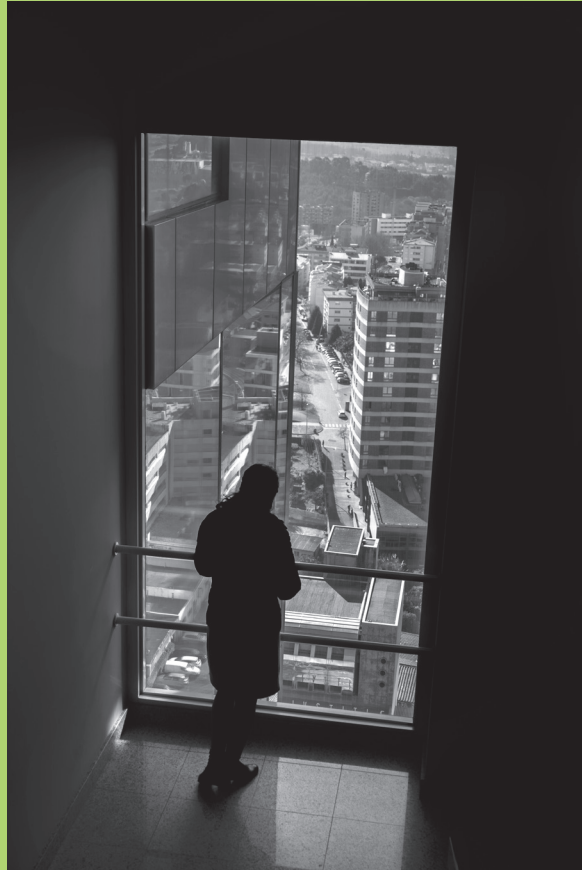
*"Henry David Thoreau, Walking, 1862 - ed. portuguesa: Andar a pé, Trad. Raquel Ochoa, Alma dos Livros, 2021"*



Campos do Vale de Frejulf e numa manhã de Outono.

José Carlos Portugal  
Arquitecto, Consultor do Município da Maia





"Assim, a cidade é sempre ambivalente. Dada na sua utopia como o lugar do domínio social em que um espaço formalizado vem responder ponto por ponto a um projecto social, ela é simultaneamente esse labirinto...um lugar de mistério, de não-transparência, e um lugar não dominável globalmente por quem quer que seja, um lugar de permissividade onde tudo é possível..."

Remy, J; Voyé L, "A Cidade: rumo a uma nova definição?".  
Ed. Afrontamento, 1994,p.49.